



INSTITUTO BLAISE PASCAL
Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*

**BIB INCLUSÃO: O ACESSO À BIBLIOTECA DO STJ PELOS
ALUNOS DE BAIXA RENDA DO CURSO DE DIREITO DA UNB**

Brasília, DF
2007

BIB INCLUSÃO: O ACESSO À BIBLIOTECA DO STJ PELOS ALUNOS DE BAIXA RENDA DO CURSO DE DIREITO DA UNB

Heloise Simone Nogueira Vaz
Josiane Cury Nasser Loureiro
Rosa Maria de Abreu Carvalho

Monografia apresentada ao Instituto
Blaise Pascal como parte das
exigências do Curso de Pós-
Graduação Lato Sensu para a
obtenção do título de especialização.
Orientador: Prof. Wagner Francisco
Castilho

Brasília – DF
2007

Dedico este trabalho aos professores do Curso de Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação do Instituto Blaise Pascal que com paciência e dedicação souberam transmitir conhecimentos, que, com certeza, irão contribuir para melhorar nosso desempenho profissional.

Agradecimentos

Agradecemos aos amigos e familiares pelo apoio e compreensão no decorrer de mais esta jornada.

Agradecemos ao Superior Tribunal de Justiça pelo apoio e incentivo dado ao aperfeiçoamento profissional dos servidores.

Agradecemos aos profissionais da área que contribuíram para que mais essa etapa fosse vencida.

E, agradecemos, sobretudo, a Deus por iluminar nossa mente e tornar possível a realização de mais esse sonho.

“Sou um homem de Causas. Vivi sempre pregando e lutando, como um cruzado, pelas causas que me comovem. Elas são muitas, demais . . . Na verdade, somei mais fracassos que vitórias em muitas lutas, mas isso não importa. Horrível seria ter ficado ao lado do que nos venceram nessas batalhas”.

Darcy Ribeiro

RESUMO

O Projeto Bib Inclusão permite aos alunos de baixa renda do curso de Direito da UnB o acesso à biblioteca do Superior Tribunal de Justiça – STJ. Um panorama da educação superior no Brasil foi traçado enfocando, principalmente, as dificuldades que cercam o acesso e à permanência nas universidades públicas, bem como o combate à desigualdade social por meio da criação de políticas de inclusão patrocinadas pelo Governo Federal, organizações do terceiro setor e instituições educacionais públicas e privadas. Discorreu-se sobre a responsabilidade social das universidades, mostrando os programas de desenvolvimento social mantidos pela UnB, tais como: o Programa de Avaliação Seriado, o Fórum Permanente de Professores, o Sistema de Cotas para Negros e a parceria da UnB com o STJ, o que proporcionou a criação do Projeto Bib Inclusão. O engajamento da UnB no combate à desigualdade social, também foi abordado, visando facilitar o acesso e à permanência de estudantes de baixa renda no ensino superior. Concluiu-se pela relevância do Projeto como meio de promover a inclusão social e facilitar o acesso ao conhecimento. O método adotado neste trabalho foi o dedutivo, e, na elaboração do estudo utilizou-se a pesquisa bibliográfica.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Projeção de alunos matriculados na faixa etária de 18 a 24 anos	22
Quadro 2 – Assistência Estudantil na UnB	33
Quadro 3 - Aquisição de livros nacionais pela BMOS.....	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Títulos Disponíveis na BMOS e BCE	62
Figura 2 - Atualização dos acervos da BMOS e BCE.....	63
Figura 3 - Número de exemplares da BMOS e BCE.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Teoria Geral do Direito Privado.....	78
Tabela 2 – Introdução à Filosofia Geral e Jurídica.....	79
Tabela 3 – Sociologia Jurídica.....	80
Tabela 4 – Direito das Coisas.....	81
Tabela 5 – Direito das Obrigações.....	82
Tabela 6 – Direito das Sucessões.....	83
Tabela 7 – Direito do Trabalho.....	84
Tabela 8 – Direito dos Contratos.....	85
Tabela 9 – Direito Econômico.....	86
Tabela 10 – Direito Processual Civil 1.....	87
Tabela 11 – Processual Penal 1.....	88
Tabela 12 – Direito Tributário	89
Tabela 13 – Direito Constitucional 2.....	90
Tabela 14 – Direito Comercial 3.....	91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....	15
2.1 Os Gastos Sociais do Governo.....	15
.2.1.1 O Acesso às Universidades Públicas.....	17
2.1.2 O Combate a Desigualdade Social e a Evasão.....	19
3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS UNIVERSIDADES.....	26
3.1 As Políticas de Acesso.....	26
3.2 Programas de Desenvolvimento Social na UnB.....	28
3.2.1 Investimentos na Assistência Estudantil.....	30
3.2.2 Assistência Estudantil na UnB.....	32
3.2.3 Programas de Assistência Estudantil Oferecidos Pela UnB.....	34
4. GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	36
5. O PROJETO BIB INCLUSÃO.....	47
5.1 Histórico.....	47
5.2 Análise Comparativa Bibliográfica STJ/UNB.....	59
5.2.1 Diagnóstico da rotina de empréstimo da BCE e da BMOS.....	64
5.3 Acesso à Informação.....	65
6. CONCLUSÃO.....	70
7. REFERÊNCIAS.....	72
8. ANEXOS.....	93

1. INTRODUÇÃO

Este estudo enfoca os obstáculos enfrentados pelos estudantes universitários oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, e sua temática diz respeito às desigualdades sociais e às dificuldades encontradas pelos mesmos para terem acesso e permanecerem no sistema de ensino superior, bem como a franquia do direito de acesso ao conhecimento na Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse contexto, é importante destacar que são mais de 500 anos de história em que a educação nunca foi prioridade. Esta é a medida do nosso subdesenvolvimento. A globalização e suas profundas e aceleradas transformações impõem desafios. Para que o Brasil possa iniciar uma nova etapa de desenvolvimento social sustentável, superando a exclusão social, é fundamental que a educação seja prioridade.

A Educação como sendo direito de todos deve, enquanto política, se adequar para atender a toda e qualquer necessidade do cidadão. Assim, qualquer tentativa de democratização do ensino superior será inócua enquanto persistirem as desigualdades sociais e a exclusão dos estudantes de baixa renda.

Se o ingresso no ensino superior representa para estes estudantes uma vitória, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso, já que os estudantes de baixa renda dão início a seus estudos de nível superior sem ter certeza de até quando poderão manter sua condição de universitários. Originados de famílias de baixa renda, esses estudantes

precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade.

Dessa forma, torna-se, cada vez mais importante o desenvolvimento de ações de apoio e assistência aos universitários de baixa renda. Para garantir a igualdade de oportunidades a esses estudantes torna-se fundamental o fortalecimento das políticas de assistência ao estudante de modo a proporcionar condições básicas para sua permanência na instituição; assegurar os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do sistema universitário; prevenir e erradicar a retenção e a evasão escolar quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas.

Nesse sentido a Universidade de Brasília mantém diversos programas para inclusão de estudantes de baixa renda. Entre eles pode-se destacar o Programa de Avaliação Seriado - PAS, o Fórum de Debate Permanente de Professores, o Sistema de Cotas para Negros e o Projeto Bib inclusão em parceria com o Superior Tribunal de Justiça - STJ, entre outros.

Assim, a problemática levantada para o estudo consiste em verificar: até que ponto programas de assistência universitária podem viabilizar a permanência do estudante de baixa renda nas universidades públicas.

No que se refere aos objetivos da pesquisa, tem-se como objetivo geral: fornecer informação aos estudantes de baixa renda, provenientes da Faculdade de Direito da UnB, visando à construção do conhecimento acadêmico. E, como objetivos específicos:

- 1) Disponibilizar o acervo da biblioteca do STJ para consulta local;
- 2) Facultar o empréstimo domiciliar ao estudante;

- 3) Oferecer serviço reprográfico gratuito de doutrina e legislação;
- 4) Responder aos pedidos de pesquisas de doutrina e legislação;
- 5) Contribuir com o serviço de Programas de Desenvolvimento Social da UnB para permanência do estudante de baixa renda na universidade;
- 6) Aproximar o estudante do Superior Tribunal de Justiça.

O método adotado para o estudo é o dedutivo, e o tipo de pesquisa bibliográfica e o procedimento adotado foi a coleta de dados em livros, revistas e sites da Internet.

No que tange a estrutura do trabalho, o primeiro capítulo da fundamentação teórica do estudo enfocou a situação da educação no Brasil dando um breve panorama da educação superior. Abordou também o acesso às universidades públicas mostrando que as pessoas com menor renda têm pouco acesso ao ensino superior. Deu-se especial destaque ao combate às desigualdades sociais e à evasão do ensino superior ocasionada por fatores sócio-econômicos.

Num outro momento discutiu-se a responsabilidade social das universidades mostrando que a assistência universitária é fundamental no combate a evasão do ensino superior. Nesse sentido, os programas de desenvolvimento social mantidos pela UnB têm contribuído para a permanência de estudantes menos privilegiados economicamente. Discorreu-se, também sobre a inclusão de estudantes de baixa renda nas universidades enfocando a necessidade de políticas governamentais que propiciem o acesso e a permanência destes estudantes no ensino superior.

Abordou-se, ainda a criação do Projeto Bib Inclusão do STJ, em parceria com a UnB, que visa facilitar o acesso dos estudantes de baixa renda do curso de Direito à bibliografia do curso disponível na Biblioteca do STJ a fim de contribuir com a permanência do estudante na UNB. Falou-se, também do acesso a informação que assume uma importância crescente a cada dia. Explicou-se o que vem a ser gestão do conhecimento mostrando a importância da informação na sociedade moderna dando ênfase a inclusão digital.

Finalmente, concluiu-se o estudo reportando-se a problemática levantada, atingindo os objetivos propostos e sugeriu-se a ampliação da assistência universitária aos estudantes de baixa renda como forma de democratizar o acesso e garantir a permanência desses estudantes nas Instituições de Ensino Superior do País, independente de serem elas privadas ou públicas.

2. PANORAMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

2.1 Os Gastos Sociais do Governo

Para melhor balizar as recorrentes discussões acadêmicas sobre a realidade educacional que cerca o acesso e a permanência no ensino superior do Brasil, convém reportar-se ao século passado onde a economia brasileira (Produto Interno Bruto) multiplicou-se cem vezes, o que transformou o país naquele que mais cresceu durante este período.

Vale ressaltar que o ritmo mais intenso de crescimento ocorreu entre 1920 e 1980, quando o produto interno bruto - PIB praticamente dobrou a cada duas décadas. Entretanto nos últimos vinte anos do século passado, as taxas de crescimento caíram e o PIB per capita brasileiro cresceu apenas doze vezes, fato que só encontra paralelo numa poucas nações como Japão, Coréia, Finlândia e Noruega (CAZARRÉ, 2004).

Mas, ao lado dessas inegáveis conquistas descobriu-se que a desigualdade entre os brasileiros de maior e menor renda, que sempre foi considerável, aprofundou-se ainda mais.

No terreno da educação as estatísticas mostram, primeiramente entre os anos 30 e 70, a massificação do ensino médio e, depois, nos anos 80, a ampliação acelerada das matrículas universitárias. É importante destacar que a educação superior praticamente dobrou em seis anos, entre 1972, quando havia 688 mil universitários no Brasil, e 1978, quando esse número sobe para

um milhão e 225 mil Em 1998, o Brasil já possuía um milhão e 947 mil universitários (CAZARRÉ, 2004, p. 34).

Contudo, convém frisar que os gastos sociais do governo não beneficiam os mais pobres. No que tange a educação superior, estatísticas baseadas na pesquisa sobre padrões de vida das famílias - PPV, de 1996, que contém informações detalhadas sobre a utilização de serviços públicos de educação indica que 46% das despesas beneficiavam estudantes que se encontravam nos grupos dos 10%, relativamente mais ricos da população. O agravante é que dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - PNAD 2004 indicam que essa situação, não deve ter mudado substancialmente. Segundo essa pesquisa, menos que 2% dos alunos que freqüentam universidades públicas pertencem ao quintil de renda mais baixa da população, ou seja, ao grupo dos 20% mais pobres, enquanto 47% dos alunos pertencem ao grupo de renda mais alta, sendo que na pós-graduação, 85% dos alunos pertencem a esse último grupo (LISBOA; SIQUEIRA, 2004, p. 44).

Nesse sentido, as universidades públicas passaram a ser alvo de debates, pois dos 27 milhões de jovens brasileiros entre 18 e 24 anos, apenas cerca de 4 milhões estão inseridos no sistema de educação superior, um índice de apenas 14%. Segundo, Cassiano (2007), os dados não são novos, mas o índice continua atual e pequeno, a despeito da expansão do ensino superior particular e da intenção do Governo Federal em fazer esse percentual saltar para 30%, até 2010, com a criação de novas universidades e vagas no ensino público. A dificuldade de acesso as universidades, para esses mais de 20 milhões de jovens se deve, principalmente, a baixa capacidade econômica

aliada às condições inadequadas da educação infantil, fundamental e média a que tiveram acesso.

Atualmente a educação tem recebido maior atenção por parte de nossos legisladores. Tanto que a Constituição de 05 de outubro de 1988 traz normas referentes ao tema. Assim, a Carta Magna dispõe nos arts. 205 e 206:

Art. 205 – A educação é direito de todos e dever do Estado.
Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Inferre-se, portanto, a educação tem que ser comum a todos, conforme garante à Carta Magna vigente. Mas, apesar dos avanços previstos na Constituição, pode-se perceber que, na prática, pouca coisa mudou. As lideranças políticas continuam fechando os olhos à realidade educacional e a exclusão social persiste no País, até os dias de hoje.

Nesse sentido, a permanência dos alunos nas Instituições de Ensino Superior – IES passou a ser alvo de debates, pois uma efetiva democratização da educação requer políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino (CAZARRÉ, 2004).

2.1.1 O Acesso às Universidades Públicas

Ao longo da história, percebe-se a presença da exclusão em todos os seguimentos da sociedade. Assim, a desigualdade de oportunidades de acesso

ao ensino superior é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos candidatos (ZAGO 2006, p. 226). Para se compreender a exclusão econômica, social, política e conseqüentemente educacional no Brasil atual, é importante entender a concentração da riqueza, que neste início de século XXI pode ser percebida em toda sua desproporcionalidade.

De acordo com Pochmann (2004, p. 9), historicamente a sociedade brasileira estruturou-se a partir de um padrão extremamente concentrador de riqueza. Desde o período colonial, a riqueza gerada no Brasil tem sido muito mal distribuída entre o conjunto da população. E essa situação manteve-se sempre inalterada, até mesmo nos momentos de transformações profundas na base econômica nacional.

Nos anos 90, com a adoção das políticas neoliberais pelo país houve queda do nível de renda e elevação do desemprego. Assim, o quadro da exclusão foi agravado, pois os ricos foram ainda mais privilegiados diante da desregulação financeira, produtiva, comercial e tecnológica, já que passaram a ter maior liberdade de aplicação de sua riqueza, cada vez mais líquida, no Brasil, ou em qualquer outro país. Em outras palavras, os ricos brasileiros tornaram-se, ainda mais ricos.

Nesse contexto, o Brasil se coloca como um dos vários países capitalistas periféricos do mundo incapazes de realizar reformas na geração e distribuição da riqueza. Dessa forma, os ricos permanecem não compartilhando os rendimentos de seu trabalho e, especialmente, de sua propriedade, preferindo a desorganização social à construção de uma nação socialmente justa (POCHMANN, 2004, p. 11).

No que tange ao acesso as universidades constata-se que as pessoas com menor renda têm pouco acesso ao ensino superior. Mas, segundo Moreli, quando se tem esse acesso este se dá mais frequentemente no ensino público do que no privado. Observa-se que contrário ao senso comum, um estudo realizado pelos pesquisadores, da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Cibele Yan de Andrade e Norbert Dachs, comprovam com base em dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que aqueles que tiveram acesso ao ensino superior público pertencem à faixa de renda de 0 a 1 ou 2 salários mínimos, enquanto que no privado este percentual é de 2%. Contudo, cabe uma ressalva, geralmente há uma distinção clara entre os cursos e carreiras escolhidos, à medida que alunos de faixas de renda mais altas estão proporcionalmente mais presentes nos cursos e carreiras mais competitivas (MORELI, 2007, p. 1).

Nesse sentido, torna-se importante que as políticas governamentais priorizem o combate à desigualdade social, como forma de combater a evasão do ensino superior por parte dos menos privilegiados economicamente.

2.1.2 O Combate a Desigualdade Social e a Evasão

A evasão e o fracasso escolar são problemas que sempre estiveram presentes na história da educação escolar brasileira, tornando-se crônicos e assumindo proporções inaceitáveis em pleno século XXI. A sua gravidade aumenta quando se percebe a antigüidade e persistência de tais problemas na nossa história de escolarização.

Convém lembrar que a evolução histórica brasileira apresentava uma tendência, dadas as condições sócio-política-econômicas do país, de dar oportunidade de conhecimento somente as classes sociais de maior poder aquisitivo. As faculdades, bastante elitistas, formavam profissionais que servissem aos interesses das classes dominantes.

Com o crescimento populacional e a proposta de uma nova universidade dando oportunidade de acesso à classe média que surgia, fruto de um estado capitalista, o ensino superior alcança uma maior participação para milhares de jovens que buscam ingressar nos diversos cursos superiores oferecidos pelas universidades públicas e particulares.

É grande a aspiração dos candidatos ao nível superior. Os jovens, principalmente os oriundos de famílias de baixa renda, vem buscando, através da universidade, uma possibilidade de ascensão econômica e social.

O aumento significativo de estudantes de baixa renda tentando ingressar na universidade pública torna cada vez mais acirrada a disputa por uma vaga. Segundo Zago (2006, p. 228), na faixa etária de 18 a 24 anos apenas 9% freqüenta esse nível de ensino. Traduzindo para números reais, isso significa dizer que, dos 22,9 milhões de brasileiros nessa faixa etária, apenas 2,1 milhões estão na educação superior.

Com relação à distribuição por regiões, convém atentar para o fato de que, enquanto, na Região Sul, 12,8% da população na faixa etária de 18 a 24 anos estão matriculados na educação superior, no Nordeste, a taxa de matrícula é de 5%. No Sudeste, onde se concentra mais da metade das matrículas, o índice chega a 11% (PACHECO; RISTOFF, 2004).

As comparações internacionais referentes a essa faixa etária mostram que o Brasil apresenta um dos percentuais mais baixos do mundo, mesmo entre os países da América Latina.

Segundo Pacheco (apud RISTOFF 2004, p.8), se triplicássemos os números de universitários brasileiros, teríamos ainda assim índices menores do que os da Argentina e do Chile. Para que se consolide um sistema de acesso de massas, a exemplo do que vem ocorrendo em todo o mundo desenvolvido, o Brasil teria que quadruplicar ou mesmo quintuplicar sua população universitária na faixa etária de 18 a 24 anos.

Mas, segundo os autores isso, não será tarefa fácil considerando-se a conjuntura socioeconômica predominante no País. Fica, no entanto, cada vez mais evidente que, para atingir índices de matrícula na educação superior, minimamente comparáveis aos índices internacionais, ou ainda, para atingir a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação - PNE, qual seja, a de abrigar 30% da população da faixa etária apropriada na educação superior até 2010, o Brasil não pode mais depender exclusivamente da força inercial do mercado.

Aplicando-se essa projeção exclusivamente à faixa etária apropriada, o País teria, aproximadamente, os seguintes números:

Quadro 1 – Projeção de alunos
Matriculados na faixa etária de 18 a 24 anos

Ano	Alunos
2002	2.089.000
2003	2.360.000
2004	2.666.000
2005	3.012.000
2006	3.403.000
2007	3.840.000
2008	4.339.000
2009	4.860.000
2010	5.540.000

Fonte: MEC/Inep/De (2004)

Como se pode observar as projeções para o Plano Nacional de Educação requerem uma população universitária em torno de sete milhões de alunos. Contudo, é relevante destacar que a expansão prevista no PNE estava originalmente associada à projeção de aumento significativo dos gastos públicos com educação, passando a atingir o mínimo de 7%. Como essa meta foi vetada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a ampliação expressiva das vagas pelo poder público ficou seriamente comprometida, passando a expansão a depender quase que exclusivamente da força do mercado.

Convém frisar, no entanto, que a expansão quantitativa do ensino superior brasileiro não beneficiou a população de baixa renda, que depende essencialmente do ensino público. A universidade pública expandiu-se no período compreendido entre 1930 e 1970, mas desse período até os dias atuais as políticas mercantilistas do ensino superior fortaleceram o setor

privado, que hoje detém aproximadamente 90% das instituições e 70% do total de matrículas (CAZARRÉ, 2004).

Como se pode observar a ampliação do número de vagas foi considerável nos últimos anos mais sua polarização no ensino pago não reduziu as desigualdades entre grupos sociais. Para Freire (2006, p. 60) apesar de alguns índices como saúde, educação e condições de domicílio apresentar melhorias, “ainda é grande a diferença entre o topo e a base de nossa pirâmide socioeconômica.”

Segundo Borges; Carnielli (2005), historicamente, no Brasil o acesso ao ensino superior é influenciado pela origem social do estudante e as políticas sociais do governo não contribuem de forma significativa para minimizar a reprodução da estratificação social nas universidades.

Considerando-se esse cenário as instituições privadas e também públicas perceberam que estudantes de baixa renda precisam de muito mais que descontos no preço da mensalidade. Dessa forma, as Instituições Públicas de Ensino Superior – IES aprenderam a lidar com esses alunos. Hoje, essas instituições concentram esforços em traçar caminhos de inclusão para a faixa da população formada por jovens de baixa renda. Segundo Cassiano (2007, p. 1), a tarefa, não é simples e vem exigindo uma revisão de paradigmas na universidade, entre os muros das escolas. Entretanto, isso já vem acontecendo.

É uma revolução lenta e silenciosa que vem sendo arquitetada nos corredores das universidades privadas brasileiras consideradas populares. Uma revolução do papel da universidade na formação do estudante e do

cidadão. Se pouco tempo atrás vigorava a idéia de que, para chegar à universidade, o aluno deveria ter um piso mínimo de conhecimento, hoje a visão mudou. Especialmente por uma questão de sobrevivência no mercado, as escolas passaram a aceitar o desafio de fazer o aluno aprender a aprender, adquirir bagagem cultural básica, repassar conteúdos mínimos perdidos, além, claro, de se especializar como profissional.

Nesse sentido Cassiano (2007, p. 1) cita a análise de José Augusto Peres, pró-reitor acadêmico do Campus Memorial da Uninove que se posiciona da seguinte forma:

Não adianta o professor reclamar do aluno, porque é este que temos. Claro que o fato de o aluno ser egresso de uma escola básica ruim gera uma diferença no padrão do aluno com o qual o professor estava acostumado. Mas a presença dele na universidade, que antes era exceção, hoje é regra (PERES apud CASSIANO, 2007, p. 1).

Ávido por alunos, o ensino superior privado seleciona com menos rigor os candidatos e aceita todos aqueles que tiverem interesse em estudar e condições para fazê-lo. O que poderia parecer pejorativo, tempos atrás, hoje é encarado como uma oportunidade de o aluno de baixa renda seguir os estudos. E a escola se compromete a olhar para esse aluno sabendo das defasagens na formação e procurando vencê-las. Para isso, as escolas inventaram diversos mecanismos para fazer com que esse aluno possa acompanhar um curso de graduação, a despeito dos atrasos. De modo que as instituições de ensino passaram a tratar este processo de abertura das portas, aliado a novas metodologias, como uma estratégia de inclusão dos alunos da população das classes sociais C, D ou até E (CASSIANO, 2007).

Assim, o combate a desigualdade social e a evasão do ensino superior, vêm sendo implementada através da garantia de acesso aos alunos de baixa

renda, seja nas universidades privadas ou públicas, tendo em vista que a educação, mesmo que a longo prazo, tem sido pressuposto para a ascensão social no País.

3. A RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS UNIVERSIDADES

3.1 As Políticas de Acesso

Constata-se na sociedade brasileira a preocupação de ampliar as possibilidades de ensino, ou seja, proporcionar condições cada vez mais amplas de igualdade de oportunidades em educação.

A exclusão social gerada pela globalização é a mais perversa em toda a história da acumulação capitalista, desde o século XVIII. Apesar dos avanços tecnológicos e das mudanças nas regras da economia, milhares de pessoas permanecem em situações de miséria, excluídas sistematicamente dos possíveis benefícios dos avanços científicos e tecnológicos, pois o mundo globalizado não acabou com as desigualdades gritantes, muito menos com a exploração.

Para Barreto; Bezerra; Barbosa (2005), na abordagem relativa ao compromisso social das universidades, são usuais posições que reforçam o papel desta instituição com relação às necessidades da sociedade. Porém, nas universidades públicas a visão do que seja compromisso social deve ir além do que comumente se entende pelo termo, abordando comprometimento com o público interno em particular, o seu estudante.

Efetivamente especialistas colocam que nos últimos anos somente, políticas para o acesso não bastam.(BARRETO; BEZERRA apud BARBOSA, 2005). É necessário que também sejam apresentadas alternativas para a permanência dos jovens nas universidades, condições adequadas para

concluir seus estudos, com a implementação de uma verdadeira e ampla política pública de assistência universitária.

A busca de novos paradigmas deve ser a resposta de uma sociedade que reclama mudanças. Agindo nesse sentido, a União Nacional dos Estudantes apresenta o posicionamento de Petta no documento que contém a proposta de emenda ao anteprojeto da lei orgânica da reforma universitária, que dispõe:

Para que a Universidade brasileira possa vencer o desafio da inclusão democrática faz-se indispensável o desenvolvimento de políticas eficientes de permanência. Essas políticas são chamadas de assistência estudantil e com pretensões de garantir: a redução das desigualdades socioeconômicas e culturais; combater a evasão e promover uma formação completa e equânime a todos e todas (UNE 2004 *in* Barreto; Bezerra: Barbosa, 2005, p.2).

Nesse sentido, autoridades universitárias têm-se manifestado a favor da assistência universitária. O professor Euvaldo Vilela, Reitor da Universidade Federal de Viçosa, no artigo intitulado “A Reforma Universitária” declarou que “a assistência estudantil é fundamental e deve ser retomada para que o estudante possa ter desempenho adequado ao longo de sua formação. As ações afirmativas, como as cotas para egressos de escolas públicas, devem estar acompanhadas de uma política de assistência ao aluno durante seu curso” (VILELA, 2004).

Daí, a necessidade de aprofundar o compromisso social das universidades, seja por meio da adequação do ensino e da pesquisa às necessidades sociais, culturais e regionais do país, seja pela implantação de políticas amplas e eficazes de extensão e cultura, para as quais se reservará uma porcentagem fixa de seus orçamentos” (CARDOSO, 2004).

3.2 Programas de Desenvolvimento Social na UnB

A Universidade de Brasília, criada no início dos anos 60 por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, era parte da utopia de um país desenvolvido econômico e socialmente. Uma universidade de vanguarda para um Brasil que sonhava ser moderno. Segundo Mulholland (2004, p. 65), “fiel às suas origens, a UnB se engaja na luta pela diminuição da desigualdade social que impede nossos sonhos de justiça e desenvolvimento”.

Em 1996, a UnB estabeleceu o Programa de Avaliação Seriado, o PAS, como uma alternativa ao vestibular visando facilitar o ingresso na universidade. Criou-se no bojo do PAS, o Fórum Permanente de Professores contribuindo para o aprimoramento da escola pública de ensino médio. Em junho de 2004, a instituição realizou o primeiro vestibular com sistemas de cotas para negros. No caso específico deste estudo deu-se ênfase ao Projeto Bib Inclusão que é uma parceria da UnB com o Superior Tribunal de Justiça.

No entanto, observa-se que os programas de assistência universitária mantidos pela UnB, apesar das mudanças no processo seletivo não alterou a clientela nos cursos de maior prestígio social, haja vista que os aprovados continuam sendo os provenientes dos estratos socioeconômicos mais altos que usufruíram um ambiente sociocultural compatível com as exigências desses cursos superiores. Dessa forma, nos cursos de Direito, Engenharia Civil e Medicina concentram-se ingressantes provenientes das famílias de maior renda. Portanto, a seletividade escolar caracteriza-se como uma questão de seletividade social (BORGES: CARIELLI, 2005).

Na opinião de Borges; Carielli (2005, p. 138), a meritocracia marca presença no processo seletivo de acesso à universidade. Nesse sentido, não basta o esforço individual uma vez que os fatores socioeconômicos contribuem decisivamente para alcançar o mérito de ser aprovado para os cursos de maior prestígio social. Além do mais, as razões de escolha dos cursos estão subjacentes à ideologia da classe social de origem dos ingressantes que determina a manutenção do *status quo*.

Dentro desta realidade, tanto o Programa de Avaliação Seriada - PAS quanto o vestibular tradicional, aprovam e selecionam para os cursos de maior prestígio os candidatos oriundos das classes sociais de maior poder aquisitivo. Daí, a presença marcante desses alunos, originários de famílias pertencentes aos estratos sociais de elevadas condições socioeconômicas, nos cursos de Direito e Medicina via PAS. Para Borges e Carielli (2005, p. 138), isso denota que a estratificação social reproduz-se na seleção dos candidatos à universidade para os cursos socialmente prestigiados, contrariando a ideologia liberal de que a escola deveria oferecer oportunidades iguais para todos.

Infere-se, portanto, a alta concentração de renda assegura a uma parcela da população acesso à educação de qualidade e dessa parcela originam-se os ingressantes dos cursos de maior prestígio social. Evidencia-se assim que o PAS não contribui para minimizar a estratificação social de acesso à universidade para os cursos de maior prestígio social. Pelo contrário, o PAS parece ser uma via de acesso seletiva, excludente e elitista para os cursos prestigiados socialmente. Esse fato sugere uma tendência, que precisa ser aprofundada em outros estudos, de que ele constitui uma via de acesso ao ensino superior, utilizada predominantemente pelos candidatos oriundos de

estratos sociais de maior poder aquisitivo, principalmente para os cursos de Direito e Medicina.

3.2.1 Investimentos na Assistência Estudantil

Garantir a permanência do estudante de baixa renda nas instituições é um dos maiores desafios da educação superior no país e uma das grandes preocupações da Universidade de Brasília - UnB. Segundo Rabelo (2006), repórter da UnB Agência, a instituição investe 38,7% do orçamento de custeio repassado pelo governo federal em assistência estudantil. O montante aplicado no setor chegou a R\$ 13,96 milhões em 2006. Com o recurso, 19,8 mil alunos foram beneficiados em programas que dão suporte em áreas como alimentação e moradia, e incentivam a participação em atividades de pesquisa e extensão.

Nesse sentido, a parcela reservada pela UnB está acima do usualmente adotado pelas instituições públicas de ensino superior. A Universidade de São Paulo (USP), por exemplo, destina 20% do seu orçamento anual de custeio em ações de suporte ao estudante. Já a Universidade de Campinas (Unicamp) compromete 13,9% dos recursos repassados.

Com relação aos investimentos em assistência estudantil, vale ressaltar que essa rubrica é destinada ao pagamento de água, energia, materiais de consumo e manutenção do funcionamento institucional, mas não inclui folha de pagamento. Desse total, R\$ 7,66 milhões são aplicados em

programas voltados para alunos de baixa renda. O valor corresponde a 21,23% do recurso de custeio (RABELO, 2006).

A instituição dedica parte significativa de seu orçamento aos estudantes. Segundo o decano de Administração da UnB, Érico Weidle, "os índices demonstram o grande comprometimento da universidade com os alunos". A atenção que a UnB dedica à assistência estudantil fica ainda mais evidente quando comparado com o percentual destinado à manutenção das unidades acadêmicas. Elas recebem 15,85% do orçamento repassado pelo governo, o equivalente a R\$ 5,7 milhões. A diferença é de mais de sete milhões, embora as faculdades, institutos e centros de pesquisa tenham outras fontes de recursos (RABELO, 2006).

É importante ressaltar que os mais beneficiados com a política adotada pela UnB são os estudantes de baixa renda. A maior parte dos recursos de assistência – 54,8%, o equivalente a R\$ 7,66 milhões é para o desenvolvimento de programas que atendem essa parcela, especificamente. Esse valor representa 21,2% do orçamento repassado pelo governo. Para Pedro Sadi (apud RABELO, 2006)., decano de Assuntos Comunitários, "a atenção a esses alunos é fundamental, visto que sem o apoio da universidade a formação deles torna-se inviável."

No que se refere ao perfil dos alunos de baixa renda da UnB é importante frisar que os dados da UnB/DAC em 2006 apontam que 67,3% estudaram em escolas públicas, 98,53% utilizam transporte coletivo e 87,68% não trabalham.

Na opinião de Érico Weidle, o resultado positivo da aplicação de recursos em programas voltados para os estudantes de baixa renda é visível na avaliação do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) dos mesmos. Na maioria dos cursos de graduação, aqueles que participam das propostas apresentam desempenho superior aos demais. No segundo semestre de 2006, em 53 dos 62 cursos, eles tiveram IRA acima da média. "Não estamos simplesmente dando recursos, o incentivo na verdade cria condições do aluno dar continuidade aos seus estudos". O decano de Administração da Unb afirma ainda que: "o bom desempenho desses alunos mostra que não é uma questão de capacidade, mas sim de oportunidade. A UnB está provendo os meios para que os alunos possam concluir seus estudos." (RABELO, 2006).

Para Pedro Sadi (apud RABELO, 2006), decano de Assuntos Comunitários, a idéia é ampliar propostas nesse sentido. "A universidade reconhece a importância dessas ações e está atenta a novas demandas".

3.2.2 Assistência Estudantil na UnB

Entre os programas desenvolvidos pela instituição, destacam-se a Moradia Estudantil, a Bolsa Alimentação e a Bolsa Permanência. Esta última consiste na realização de atividade remunerada dentro do campus. A seleção dos alunos para participarem dos programas de permanência é realizada pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) do DAC. Os critérios adotados priorizam aqueles mais necessitados.

Para Rabelo (2006), o depoimento do calouro de Relações Internacionais da UnB, Joel Fernando Julius, 18 anos que veio de São Paulo e

passou a morar na Casa do Estudante Universitário (CEU) da instituição em junho, mostra bem a importância desse tipo de assistência ao universitário de baixa renda . Segundo o acadêmico a oportunidade é essencial para a sua permanência na universidade, pois estava com dificuldades de pagar aluguel, mesmo morando em república de estudantes. São essas suas palavras: “não sei se seria possível me manter na instituição sem esse apoio”. Vale destacar que o referido estudante recebe ainda Bolsa Alimentação o que equivale a dizer que ele paga apenas R\$ 0,50 por refeição no Restaurante Universitário (RU), uma economia de mais de R\$ 200,00 por mês.

Já a caloura de Arquivologia, Daniela Yoko Matsuzaki, 21 anos comemora ter sido contemplada com a Bolsa Permanência, no valor de R\$ 300,00. Para ter acesso ao benefício, ela é monitora de informática em projeto do Instituto de Psicologia (IP). Segundo a estudante que veio de Rondônia para estudar na UnB, "a bolsa é muito importante. Moro sozinha e preciso me sustentar". A tabela 1 abaixo mostra os números da assistência Estudantil na UnB.

Quadro 2 - Assistência Estudantil na UnB

PROGRAMA	ESTUDANTES DE BAIXA RENDA	Nº. TOTAL DE BENEFICIADOS	INVESTIMENTO EM 2006
Bolsa alimentação	1.500	16.606	R\$ 5,73 milhões
Bolsas para estudantes*	501	1.272	R\$ 1,39 milhão
Moradia estudantil *	638	638	R\$ 497,24 mil
Isenção de taxa de inscrição no PAS e vestibular	5.077 ¹	5.077 ¹	R\$ 383,74 mil
Estágios	617	803	R\$ 5,91 milhões
Isenção da taxa de colação de grau	357	357	R\$ 30,07 mil
Vale-livro	135	135	–
Total	8.825	24.888	R\$ 13,96 milhões

* Programas que atendem também alunos da pós-graduação da UnB

¹ Benefício concedido à comunidade externa

Fonte: Universidade de Brasília (UnB) – FUB/DAF, 2006.

3.2.3 Programas de Assistência Estudantil Oferecidos Pela UnB

Segundo Rabelo (2006), ao todo, a UnB oferece 14 programas de permanência e incentivo a participação nas atividades acadêmicas. Eles vão desde descontos na alimentação, passando por bolsas para pesquisa e extensão, até isenção na taxa do vestibular e Programa de Avaliação Seriada (PAS). Nesse sentido os alunos carentes são classificados como: baixa renda-1 e baixa renda-2. Onde os provenientes de outros estados ou países recebem a classificação baixa renda-1, ou seja, é o benefício concedido à comunidade externa. Já os classificados como baixa renda 2 são os alunos carentes que residem no Distrito Federal e entorno.

Entre os programas desenvolvidos pela Universidade de Brasília para atender a essa comunidade destaca-se os seguintes:

Bolsa alimentação: consiste em desconto no preço da refeição do Restaurante Universitário (RU), que custa R\$ 2,50. Os alunos classificados como baixa renda-2 pagam R\$ 1,00 e os como baixa renda-1, R\$ 0,50.

Moradia estudantil da graduação: a UnB possui dois blocos com 92 apartamentos na Casa do Estudante Universitário (CEU) destinados aos estudantes de baixa renda residentes fora do Distrito Federal.

Moradia estudantil da pós-graduação: a UnB tem um bloco na Colina com 18 apartamentos e 72 vagas destinadas aos estudantes de mestrado e doutorado com família residente fora do Distrito Federal.

Vale livro: os estudantes classificados como de baixa renda 1 e 2 podem retirar na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) da UnB,

semestralmente, cinco vales que lhe dão direito a desconto de 10% na aquisição de livros editados pela Editora da UnB (EDU).

Isenção da taxa de inscrição no vestibular e PAS: a UnB em parceria com o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) da instituição atende a comunidade externa por meio da análise das solicitações de isenção de taxa de inscrição nos processos seletivos de ingresso. Pode ser concedida a isenção total ou parcial.

Bolsa de monitoria: os estudantes podem participar, junto ao professor, de tarefas como planejamento de atividades, preparação de aulas, avaliação e orientação de aluno e realização de trabalhos práticos e experimentais. O valor do benefício é três parcelas de R\$ 100 durante o semestre.

Bolsa de monitoria II: destinado a alunos de pós-graduação, em que os estudantes de mestrado e doutorado participam na prática do ensino no nível de graduação, sob a supervisão do professor. A bolsa é de R\$ 301,50 e é paga três vezes por semestre.

Bolsa de extensão: por meio desse programa, estudantes desenvolvem atividades que permitem a diversificação das relações disciplinares ao entrarem em contato com a sociedade. Os alunos recebem bolsa de R\$ 300,00 por mês.

Bolsa do Programa de Iniciação Científica (PIC): por meio da participação em projetos de pesquisa, o programa visa despertar a vocação científica. As vagas são abertas anualmente e o graduando recebe bolsa de R\$ 300,00.

Bolsa permanência: oferece ao aluno de graduação, especialmente os classificados entre os grupos prioritários, oportunidade de desenvolver atividades remuneradas dentro de sua formação acadêmica. São oferecidas 250 bolsas, com carga horária de 60 horas mensais, no valor de R\$ 300,00.

Estágios: os estudantes regularmente matriculados na graduação podem realizar atividade remunerada dentro da universidade. A Secretaria de Recursos Humanos da UnB dá prioridade aos alunos de baixa renda para ocupar as vagas.

Isenção da taxa de colação de grau: os alunos de baixa renda classificados nos grupos 2 e 1 recebem descontos de 50% e 35%, respectivamente, na taxa de colação de grau.

Outras iniciativas: os alunos classificados nos grupos 1 e 2 podem ganhar redução de taxas de formatura e em cursos de extensão e participar como fiscais de sala nos concursos promovidos pelo Cespe. Eles também têm prioridade para encaminhamento médico e psicológico ao Serviço de Atendimento Médico (SAM) no Hospital Universitário de Brasília (HUB).

4. GESTÃO DO CONHECIMENTO

Nas últimas décadas, as múltiplas transformações que acompanham a sociedade repercutem novas atitudes diante do fluxo crescente das informações e de sua sistematização. Desde o princípio da humanidade, a busca por conhecimento é parte fundamental da estratégia de sobrevivência da

espécie humana, evidenciado a partir das descobertas primárias – fogo, armas e utensílios - como atualmente na produção de bens e serviços tecnológicos. O resultado dessa a dinâmica social é a criação de processos geradores de informações e difusores de novos conhecimentos. Nessa conjuntura, insere-se também a capacitação em pessoal e material para compor uma nova ordem social.

O advento da globalização representou mais que uma simples transformação social e cultural que resultou na transposição da idéia de identidade unificada e rígida para uma composição de inúmeras e flutuantes identidades em processo de contínua construção. O “fator-chave’ para o desenvolvimento das forças produtivas” é a informação. (FREIRE, 2006, p. 59). Na perspectiva do compartilhamento dessas identidades e na inter-relação indivíduo, grupo e meio social, a produção e a troca de informações forma o eixo ao redor do qual “gira o processo de conhecimento humano”. (BAUMGARTEN, 2002, p. 32)

Peter Drucker (apud CERCHI, 2004, p. 16) afirma, no livro Realidades, que “O conhecimento é a informação que muda algo ou alguém – tanto pode transformar-se em base para ação ou por fazer um indivíduo ser capaz de ações diferentes e mais efetivas”. Tal compreensão pode conceber o conhecimento como premissa para o desenvolvimento e aprimoramento do ser humano quando naquele provoca mudança de estado mental, de maneira a interferir diretamente em seu modo de agir.

Davenport e Prusak (2003), ao colocarem o conhecimento como uma composição fluídica de experiências consistentes, de princípios, de

encadeamento de idéias e compreensão das próprias atitudes e comportamentos que podem proporcionar melhor estrutura para avaliar e adquirir novas experiências e informações, não dissociam a geração de conhecimento da mente do indivíduo e de suas vivências, originadas de seu meio. Fato que conduz nitidamente à construção de novas percepções do ambiente, de modo a promover o conhecimento.

Hoje, a sociedade da informação elevou o conhecimento ao nível de um dos bens de maior valor, um bem inerente ao ser humano e resultante do conjunto das experiências, talentos e conhecimentos dos indivíduos. Considerar a informação como base para o conhecimento, logo, fonte a partir da qual o indivíduo pode transformá-la em possibilidade de agir, caracteriza um dos principais ativos para o desenvolvimento de qualquer sociedade.

É imprescindível destacar na sociedade da informação “o vasto e continuado processo de aprendizagem”, de modo a torná-la também a sociedade da aprendizagem, na qual as relações humanas permitem que a informação se transforme em conhecimento. (ASSMANN, 2000, p. 9)

Nesse aspecto, o Aurélio (FERREIRA, 1999) define a palavra conhecimento como ato ou efeito de conhecer, idéia, noção, notícia, apreciação, critérios, ciência, experiência.

Fleury e Oliveira Jr. (2001, p. 132) afirmam: “o conceito de conhecimento não é consensual. A história da Filosofia, desde o período clássico grego, está associada à busca sem fim para o significado do conceito de ‘conhecimento’.”

Na perspectiva das organizações, Crawford, (1994, p. 21), define “conhecimento é entendimento e ‘expertise’. É a capacidade de aplicar a informação a um trabalho ou a um resultado específico”.

Davenport e Prusak (1998, p. 6) afirmam que: “o conhecimento deriva da informação da mesma forma que a informação deriva de dados. Para que a informação se transforme em conhecimento, os seres humanos precisam fazer virtualmente, o trabalho”.

Essa afirmação vai ao encontro da premissa de Crawford (1994) de que somente os seres humanos são capazes de produzir e aplicar os conhecimentos através de seu cérebro ou de suas habilidosas mãos.

Para Davenport e Prusak (1998) o conhecimento, diferentemente de dados e informações, contém discernimento. Ele pode julgar novas situações e informações à luz daquilo que já é conhecido, e julgar a si mesmo e se aprimorar em resposta a novas situações e informações. O sistema pode ser comparado a um sistema vivo, que cresce e se modifica à medida que interage com o meio ambiente.

Nonaka e Takeuchi (1997, p. 63) consideram o conhecimento como um processo humano dinâmico de justificar a crença pessoal com relação à verdade. E enfatizam: “o conhecimento está essencialmente relacionado com a ação humana.”

O conhecimento é universalmente reconhecido como recurso estratégico para o sucesso, a produtividade, a sustentabilidade e a competitividade entre as organizações. Assim, surge a gestão do conhecimento como fruto dos desafios organizacionais advindas das mudanças econômicas,

dos avanços tecnológicos, do aumento do fluxo de informação associado à dinâmica e às exigências da sociedade, bem como ao processo de geração de novos conhecimentos.

O dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999) considera que a palavra gestão, se origina do latim, *gestione*, que significa o ato de gerir, gerência, administração. Para Nóbrega (2004, p. 15), em inglês, a palavra gestão significa *management*, “ [...] uma disciplina, ou seja, um conjunto de conhecimentos codificados, cujo foco é a obtenção de resultados”.

Se o termo gestão significa gerência, administração pode-se pressupor que remete à idéia de dirigir, de tomada de decisão. Esse processo de decisão ocorre em várias esferas da sociedade: em instituições, organizações, empresas, grupos, entre outros. Portanto, gestão é a disciplina que torna produtivos os “saberes” de vários campos do conhecimento.

Nesse sentido, Cascaes, Nascimento, e Carvalho (2007) afirmam que, na atualidade, gestão do conhecimento é a base da interpretação, da utilização que as comunidades fazem do que possam aprender e usar.

De acordo com Nóbrega (2004, p. 15), “é através da gestão que outras inovações produzem seus efeitos”. A mentalidade gestão é decisiva numa multiplicidade de circunstâncias. Tudo que implica organizar para alcançar um propósito precisa de gestão.

Para Freire (2006), na sociedade contemporânea, a comunicação mediada por computadores interligados em rede gera grande diversidade de comunidades virtuais, caracterizando a metáfora da “aldeia global”. Segundo Ianni (1997, p. 228), “províncias, regiões e nações, bem como culturas e

civilizações, são atravessadas e articuladas pelos sistemas de informação e comunicação”. Ainda segundo o autor ocorre, neste espaço social, um processo de difusão de padrões culturais globais que provocam alienação dos valores e das culturas locais. Ocorre que na globalização essa idéia de identidade unificada e estável tem sido fragmentada.

É nesse quadro que as políticas públicas podem fazer a diferença, de modo a favorecer o crescimento de uma sociedade da informação onde todos tenham acesso a uma quota parte mínima dos novos serviços e aplicações das tecnologias digitais de informação e comunicação (ASSMANN, 2000).

Por isso mesmo, a democratização do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação deveria ser vista como elemento fundamental nas políticas de inclusão social, de modo a ajudar as populações economicamente carentes a se beneficiarem das vantagens do progresso tecnológico, reforçando o caráter democrático da sociedade da informação.

Inicialmente a preocupação da gestão do conhecimento, sob o foco de sua aplicabilidade, se concentrava no âmbito das organizações empresariais, restrito ao conhecimento organizacional. Contudo, a disciplina tem abrangido outros contextos, como no âmbito educacional, na formação da cidadania, na inclusão social e na preparação profissional. (TERRA, 2005)

As demandas do mundo atual requerem que os indivíduos desenvolvam habilidades como a criatividade, a busca e análise de novas experiências, a tomada de decisão e o emprego de melhores técnicas nos processos produtivos, o que permite alcançar o efetivo desempenho profissional.

A evolução histórica da gestão do conhecimento está intrinsecamente ligada à globalização e à revolução tecnológica, a partir do advento da Internet. Associadas à democratização, diversas mudanças radicais ocorreram nos processos de trabalho das organizações. Muitos autores e consultores empresariais escreveram sobre os conceitos, fundamentos e técnicas para implantação da gestão do conhecimento. A acessibilidade a ferramentas da Internet disponibilizaram a informação e o conhecimento em tempo recorde. No Brasil, o tema só começou a ser inserido e contextualizado recentemente.

No cenário atual, a gestão do conhecimento se apresenta como ferramenta estratégica em várias organizações, que rompe paradigmas da economia baseada na centralização dos contingentes materiais e abre espaço intensificando a valoração dos ativos intangíveis (habilidades, competências, conhecimentos), considerados a maior riqueza das ‘organizações que aprendem’.

Para Santiago Junior (2004, p. 53), “a Gestão do Conhecimento é um campo novo na confluência entre a teoria da organização, estratégia gerencial e sistemas de informação”. Verifica-se, assim, que a gestão do conhecimento engloba estratégias corporativas que direcionam não só todos os processos organizacionais como permitem o desenvolvimento de ações sociais.

A gestão do conhecimento, em linhas gerais, abrange a criação, o compartilhamento, a disseminação, o armazenamento e aplicação de conhecimento, combinando várias fontes e tipos de conhecimento individual, em grupo e ou organizacional, atreladas a processos de comunicação, para desenvolverem competências específicas e capacidade inovadora que

propiciem novos produtos e serviços. Todo esse contexto gera uma responsabilidade social da instituição.

A gestão de uma política de integração social não pode se resumir ao papel que o Estado desempenha, evidente que dele deveria originar os maiores recursos, mas comunidades locais, movimentos sociais, empresas privadas, organismos não-governamentais, assim como instituições públicas podem engendrar meios para a implementação de projetos sociais, que visem à inserção de grupos menos favorecidos na sociedade informacional e do conhecimento.

Atualmente, o Superior Tribunal de Justiça adiciona à sua atividade típica, determinada pela Constituição, projetos sociais que enfatizam a responsabilidade social da instituição para com seus funcionários e para com a sociedade brasileira.

A área documental do Superior Tribunal de Justiça está atualmente inserida num contexto dinamizado de ações voltadas não só para o crescimento de seus agentes de trabalho como no atendimento a populações estudantis carentes, oriundas do curso de graduação em Direito da UnB.

O Projeto BibInclusão abordado neste trabalho envolve os aspectos apresentados sobre a aplicação da gestão do conhecimento. É uma ação social idealizada pela Biblioteca do STJ, dentre outros projetos sociais já realizados por essa instituição pública. Inicialmente, o projeto abrange um pequeno grupo social, estudantes de baixa renda do curso de Direito, em razão do perfil jurídico da Biblioteca e das possibilidades e limitações de seu acervo

em relação à indisponibilidade de obras bibliográficas de outras áreas do conhecimento.

Ao considerar a relação do papel do bibliotecário na gestão do conhecimento, primeiramente, é válido salientar o pensamento do matemático e bibliotecário indiano, Shiyali Ramamrita Ranganathan, que enuncia as cinco leis da Biblioteconomia: 1) Livros existem para serem usados, 2) A cada leitor o seu livro, 3) A cada livro o seu leitor, 4) Poupe o tempo do leitor e 5) As bibliotecas são dinâmicas e estão em constante crescimento. (1967 apud CAMPOS, 1992)

Do exposto, ressalta-se a importância da funcionalidade da biblioteca, e por isso não se pode dissociar a postura do profissional bibliotecário de sua atividade na contribuição para o acesso à informação e a universalização do conhecimento.

A atuação do bibliotecário na sociedade da informação é diferente daquela imagem do antigo bibliotecário, que atuava nas bibliotecas tradicionais, cuja função era organizar e manter o acervo da instituição. As mudanças econômicas e tecnológicas, o fator qualidade e a alta competitividade dos mercados, características de uma sociedade globalizada, modificaram a realidade e necessidades das organizações, por vez o papel desses gestores da informação.

Rezende (2002) narra a evolução das bibliotecas nas empresas. O modelo inicial é o da tradicional biblioteca técnica, reproduzida geralmente por uma sala com acervos de livros, periódicos e normas técnicas, cuja conservação limitava-se a baixos orçamentos. Com o decorrer do tempo, esse

modelo de biblioteca acabou transformando-se em depósito de livros. Logo depois, surgiram os centros de documentação que eram as mesmas bibliotecas, apenas de menor tamanho, e procuravam selecionar a abrangência de seus acervos. Simultaneamente, nasceram os centros de informação com a proposta de acondicionar o acervo bibliográfico. No início da década de 90, apareceram as bibliotecas virtuais (bibliotecas sem paredes), cuja função era permitir o acesso à informação e evitar o amontoamento de acervos. As transformações sociais e econômicas, a inovação tecnológica e a dinâmica do fluxo de informação propiciaram uma reformulação nas empresas quanto à necessidade de obter informações precisas e indispensáveis. Surgiu, então, a necessidade de sistematizar a informação, tornando-a flexível e eficaz. Não bastava apenas acessá-la. Era preciso que a informação passasse também pelos processos de análise, interpretação e adequação ao contexto empresarial para, finalmente, atingir o nível de conhecimento relevante. Assim, surgiu o centro de conhecimento.

Na explosão informativa, a função do bibliotecário, como profissional especializado no controle da informação, foi distanciada da mera rotina de agregar informações para impulsionar os usuários na busca pelo conhecimento. São facilitadores reais no sistema de captação e propagação do conhecimento. Suas atividades requerem o estabelecimento de diversas relações para o alcance e disponibilidade do conhecimento, através de instrumentos de busca e técnicas de pesquisa que possibilitem aos usuários a integração, dinamismo e crescimento na busca pela informação.

Dudziak corrobora esse entendimento ao afirmar:

“O papel social e educacional do bibliotecário que promove a competência em informação torna-se a chave do desenvolvimento sócio-econômico sustentado porque está diretamente ligado à inclusão social. [...] Os bibliotecários tornam-se mediadores pedagógicos e agentes educacionais de transformação social.” (DUDZIAK , 2007, p. 1-2)

Os bibliotecários, como gestores de conhecimento e mediadores na tarefa de pesquisa, desenvolvem novos mecanismos de interação com os indivíduos/clientes, e começam a pensar sistematicamente na divulgação do conhecimento. (DUDZIAK, 2007)

Segundo Davenport e Prusak (2003) a atuação dos bibliotecários nas organizações é extremamente importante, visto que operam constantemente “como corretores do conhecimento”. Carvalho (2001) argumenta que a divulgação da informação e do conhecimento está diretamente ligada à atuação do profissional que organiza os dados, e filtra a informação por meio de processos formais (oficiais) e informais (não-oficiais) de comunicação.

Por ser um dos principais agentes na gestão do conhecimento, o bibliotecário precisa preparar-se para assumir tal função. Segundo Macieira (2004), esse profissional deve acompanhar as novas técnicas de acesso à informação; adquirir maior compreensão do contexto intelectual e político que caracteriza a instituição em que atua; e possuir uma formação cultural eclética, de modo a atender satisfatoriamente o público que recorre à Biblioteca.

Num ambiente, no qual a gestão do conhecimento possa ser estruturada e desenvolvida, percebe-se que os profissionais de modo geral participam e promovem novos caminhos para a geração e disseminação do conhecimento. A gestão do conhecimento, portanto, é a ferramenta que ensina

as organizações a gerenciarem e organizarem o seu bem de maior valor, que é o conhecimento. A atuação do bibliotecário, profissionais catalisadores da informação, depende do modo como esse empreende e inova em seu ambiente de trabalho, como estrutura novos mecanismos de serviço, primando por colocar o conhecimento como mola propulsora de seu negócio para dispor ao seu público-alvo, usuários.

5. O PROJETO BIB INCLUSÃO

5.1. Histórico

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde o ano 2000 com a adoção do slogan Tribunal da Cidadania, iniciou o desenvolvimento de ações de cunho social que vão além de suas atividades judicantes. São programas e projetos institucionais que buscam aproximar o cidadão da justiça e fortalecer o compromisso do Tribunal com a sociedade através da conscientização da cidadania.

O STJ foi pioneiro dentre os órgãos do poder público a por em prática projetos e programas voltados aos estudantes do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, à terceira idade, além de promover cursos de alfabetização, inclusão digital e supletivo para os prestadores de serviço que trabalham no Tribunal e que não tiveram a oportunidade de continuar com seus estudos. A sociedade em geral também tem tido a oportunidade de utilizar o espaço dessa corte para divulgar arte e cultura. Destacam-se, também, as preocupações com a preservação ambiental, em que o STJ participa com ações que visam promover o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais.

Diante desse panorama de responsabilidade social adotado pelo STJ, a Biblioteca Ministro Oscar Saraiva – BMOS se viu alheia desse processo, visto não oferecer nenhum programa ou projeto direcionado à inclusão social.

Segundo Cunha & Robredo (1993, p.9) na maioria dos países em desenvolvimento e em especial na América Latina, a biblioteca tem falhado na função de custodiar os conhecimentos e também na divulgação dessa riqueza potencial. Nossas bibliotecas são basicamente instituições elitistas, satisfazendo-se em servir uma pequena parte da população.

Não se pode deixar de concordar com essa afirmativa, pois mesmo com toda a evolução havida nas bibliotecas, de armazenadoras de livros até divulgadoras de informações em tempo real sem a necessidade sequer de o usuário precisar sair de casa, ainda temos muitas bibliotecas voltadas única e exclusivamente para seu público alvo, normalmente encontrado no topo da pirâmide social. Por outro lado, no Brasil são poucas as bibliotecas que possuem orçamento próprio, instalações físicas adequadas, pessoal suficiente e reconhecimento como órgão vital para a instituição. Em geral, quando a unidade de informação reúne todos esses requisitos, normalmente trata-se de bibliotecas especializadas.

Solidariedade. Esta foi a palavra que motivou a BMOS a desenvolver um projeto inédito voltado à inclusão social. Sendo a Biblioteca especializada na área do Direito, o projeto foi concebido para beneficiar o estudante de baixa renda matriculado no curso de Direito da UnB. E de que forma? O **Bib Inclusão**, como é chamado, tem como objetivo proporcionar ao estudante de baixa renda matriculado no curso de Direito da UnB uma outra opção de

acesso à informação além daquela já oferecida pela Biblioteca Central da UnB – BCE. Neste projeto o estudante selecionado passa a ter o direito de utilizar o acervo da BMOS para consulta e empréstimo da bibliografia jurídica indicada no curso durante toda a sua vida acadêmica e assim, auxiliar na sua permanência na universidade. Dessa forma, espera-se contribuir no desenvolvimento de sua capacidade intelectual, no aprimoramento de seu desempenho profissional e na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

A literatura científica é unânime em afirmar que sem a inclusão social torna-se cada vez mais difícil o desenvolvimento do país, o combate à pobreza e ao analfabetismo digital, o acesso ao trabalho, à moradia, à informação, dentre outros benefícios.

“Estar incluído na sociedade é condição vital para o desenvolvimento de qualquer cidadão. Cabe às várias esferas de governo, também ao poder local, dar a oportunidade de incluir a população nos benefícios do mundo em rede, promover a cidadania digital e consolidar os direitos à cidadania. Acesso aos serviços públicos, o acesso à informação e o controle da implementação das políticas públicas serão otimizados no mundo da Internet”. (MARTINI, 2005, p. 22).

Não só através da sociedade da informação se constrói um mundo melhor. Não se pode deixar de lado o poder de mudança exercido por quem tem acesso à informação, não somente aquela que está disponível na internet, mas, sobretudo ao conhecimento divulgado secularmente através do livro, organizado, e preservado pelas bibliotecas com a finalidade de permitir o acesso ao conhecimento. Carvalho e Kaniski (2000, p. 37) descrevem que “[...] desde a época dos tabletes de barro da Babilônia, passando pelo pergaminho na Ásia Menor, pelo papiro no Egito, até chegar aos dias atuais, quer com o suporte papel, quer com o magnético, as bibliotecas sempre trouxeram consigo

a memória humana registrada, sendo-lhes acoplada a responsabilidade de prover acesso às informações codificadas/registradas/gravadas nesses documentos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais humana e dignificadora”. O livro ainda representa o principal instrumento da educação e ensino, mesmo em países avançados onde desde a década de 80 o acesso às tecnologias da informação e comunicação tornou-se uma prática corriqueira. (MIRANDA apud ELEUTÉRIO; PRATI, 2002, p.5)

São diversos os desafios a serem enfrentados pelos bibliotecários com o objetivo de colaborar para a formação cidadã de grupos excluídos. A biblioteca especializada, em parceria com as instituições de ensino, pode adotar uma postura pró-ativa, indo ao encontro de usuários de baixa renda dentre outros grupos minoritários, e oferecer-lhes acesso aos recursos informacionais de que dispõe. Tal atitude faz parte da responsabilidade social que toda empresa deve adotar a fim de “[...] transformá-la em uma organização cidadã, que não só produz resultados sociais significantes, mas, também, os tornem visíveis à sociedade e ao público de interesse e converta toda esta visibilidade e atuação responsável em benefícios e resultados para a própria organização”. (FIGUEIREDO, 2005, p. 306). Do contrário, a instituição corre o risco de permanecer vinculada a uma imagem negativa, elitista e exclusivista.

“A consciência da responsabilidade profissional poderá contribuir na busca do bem comum, trocando a individualidade pela coletividade e, buscando no avanço possível com as novas tecnologias da informação, um futuro melhor, com o aprimoramento consciente dos serviços bibliotecários para auxiliar o desenvolvimento social, de modo que exista maior espaço para o ser humano compartilhar do amor, da compreensão e da paz mundial” (AMARAL, 1995, p. 10).

Assim sendo, verificamos a relevância do papel social dos bibliotecários, não somente daqueles que trabalham em bibliotecas públicas, mas também dos que trabalham em bibliotecas especializadas. Não se pretende com o projeto Bib Inclusão desvirtuar o papel da biblioteca especializada, nem que ela venha a preterir seu público alvo, deixando de atender as necessidades de informação de seus usuários ou da organização a que está vinculada, mas que possa oferecer seus serviços a outros segmentos da sociedade que possuem interesses idênticos ao seu respectivo público alvo, principalmente aos estudantes universitários de baixa renda que possuem grande dificuldade em ter acesso à informação relativa à bibliografia do curso referente a sua graduação.

Em relação ao aumento do número de usuários para utilização do acervo da BMOS e a possibilidade desse acréscimo acarretar prejuízo à atividade fim do STJ, supõe-se que isso não ocorrerá tendo em vista que os livros utilizados pelos estudantes universitários de baixa renda fazem parte da bibliografia didática, enquanto que para apoiar a prestação jurisdicional do Tribunal faz-se o uso da bibliografia básica.

O acesso à educação nas Instituições Públicas de Ensino Superior - IES é uma realidade para poucos. Muitos estudantes ao concluírem o ensino médio e até mesmo antes disso, buscam conciliar escola e trabalho e muitas vezes optam por esse último tendo em vista as condições socioeconômicas da família, o que impossibilita a continuidade dos estudos. Alves (2002, p. 4) registra que “A educação ainda não se tornou direito de todos, forjando-se um quadro extremamente injusto e desigual tanto no campo das oportunidades de acesso a níveis cada vez mais complexos de ensino, quanto no campo da

qualidade de oferta dos serviços educacionais existentes no país”. Acrescenta ainda que “Tal quadro social indica que, para milhares de estudantes universitários a renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência e término do curso o que pode levar, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão escolar”.

O aumento significativo de estudantes tentando ingressar na universidade nos últimos tempos, em especial no curso de Direito, torna cada vez mais acirrada essa disputa, prevalecendo as condições socioeconômicas do estudante para o preenchimento das vagas.

A desleal concorrência entre os estudantes de escolas particulares e os estudantes de escola pública, que enfrentam a baixa qualidade do ensino, inviabiliza o acesso à universidade pública, tornando-se um privilégio de poucos. No vestibular de janeiro de 2007, promovido pela Universidade de Brasília, só o curso de Direito teve 1950 inscritos concorrendo a 25 vagas, contabilizando 78 candidatos por vaga.(UNB, 2007).

Em vista da dificuldade de ingresso nas instituições públicas de ensino superior – dados de 1997 fornecidos pelo FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (1997, p.12) – pelo menos 14% dos jovens que ingressaram nas IES são provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo.

Para os estudantes universitários de baixa renda entrar na universidade é uma forma de inserção social, de construção de um futuro melhor. Sousa e Sousa (2006, p. 6) realizaram uma pesquisa com universitários de baixa-renda moradores de casas estudantis na cidade de

Goiânia-Go e constataram que “Os sujeitos da pesquisa, jovens em sua maioria, vêm na universidade o caminho de construção de seu futuro. É importante enfatizar que isso ganha uma dimensão mais significativa, quando se trata de jovens de baixa-renda, que vêm de uma história de exclusão: dificuldades financeiras, precariedade na formação escolar, baixa escolaridade dos pais. Em relação a esses jovens, a universidade ganha um contorno especial, pois é o lugar aonde se chega com mais dificuldades”.

Para diminuir as desigualdades socioeconômicas e culturais, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, de forma a evitar a repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras que afetam diretamente aos estudantes de baixa renda, foi proposto um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRACE. Tal política veio ao encontro dos anseios da comunidade acadêmica posto que passou a contribuir com a permanência do estudante na universidade, permitindo assim, a conclusão do seu curso.

Esse Plano ressalta ainda que

“o acesso e a capacidade de permanência e sobrevivência dos estudantes, no decorrer do período de estudos, deveria resultar de uma condição democrática, já positivada como direito na Constituição Federal de 1988 que afirma que a educação é dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I). Mas todos nós sabemos que isso está longe ainda de acontecer no Brasil”. (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2001, p. 2).

Para garantir a educação de forma ampla, foram sugeridas diversas ações para a assistência ao estudante e muitas universidades já oferecem

auxílio ao estudante conforme sua disponibilidade orçamentária, tais como: moradia estudantil, bolsa estágio, restaurante universitário, serviço de saúde, ambulatorial e odontológico, psicólogo, psiquiatra, passe estudantil, creche, apoio a eventos, lazer entre outros.

Percebe-se, no entanto, que as IES não oferecem ao aluno de baixa renda nenhum tipo de apoio para a aquisição de material bibliográfico, sendo a biblioteca da universidade o único meio disponível para o acesso à bibliografia do curso. Exceção à regra, a UnB dispõe de um serviço Vale-Livro que permite ao estudante obter um desconto de 10% na compra de livros da Editora da UnB. Trata-se de uma atitude louvável, porém ainda acanhada, tendo em vista que são pouquíssimos os títulos indicados na bibliografia do curso de graduação que são editados por essa editora.

O custo médio de um livro jurídico está em torno de R\$ 62,00 (valor estimado em 2007 pela Seção de Desenvolvimento de Coleções da BMOS), o que leva a crer que um estudante do curso de Direito precisaria investir pelo menos R\$ 310,00 para a aquisição de pelo menos cinco títulos sugeridos na bibliografia de uma única disciplina do curso de Direito. Observa-se então, que se um aluno estiver cursando 4 disciplinas, esse orçamento poderá atingir o valor de R\$ 1.240,00. Nota-se que média é de 10 títulos indicados por disciplina e esse cálculo foi baseado na aquisição de cinco obras somente. Trata-se de um custo elevado para um estudante de classe média, mas para o estudante de baixa renda um sonho inatingível.

O Bib Inclusão surge, então, de forma pioneira para preencher a lacuna existente entre o estudante de baixa renda e o acesso à bibliografia do curso

de Direito, oferecendo a ele, durante toda sua vida acadêmica, o livre acesso ao acervo da BMOS, além dos serviços de empréstimo domiciliar e de reprografia, todos gratuitos, contribuindo assim, com sua permanência na universidade. Sabe-se que as bibliotecas universitárias são as unidades responsáveis em atender as necessidades de informação, não só do corpo discente, mas também dos docentes, porém, com os poucos recursos destinados às bibliotecas torna-se impossível atender a todo o seu público alvo de forma integral.

“Cabe às Universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, por intermédio dos seus órgãos competentes, a grande responsabilidade de estabelecer a seriedade do curso jurídico. É preciso compreender, definitivamente, que o ensino jurídico não pode ficar ao sabor do oportunismo financeiro. Ele exige criteriosa oferta de disciplinas, rigorosa seleção do pessoal docente, eficiente controle acadêmico, biblioteca especializada e adequada infra-estrutura administrativa”. (DIREITO, 2007, p. 18, grifo nosso)

Essas são condições ideais para o oferecimento do curso jurídico, entretanto o que se vê na prática são bibliotecas lutando com os poucos recursos financeiros para manterem suas coleções atualizadas e tentando, da melhor maneira possível, atender a comunidade acadêmica nas suas necessidades de informação.

É sabido que tanto o profissional do Direito quanto o estudante necessitam ter acesso à informação atualizada, precisa e completa, no momento apropriado, o que só é possível com o auxílio de bibliotecas com acervo organizado, com as edições mais recentes das obras disponíveis para a consulta.

Segundo Machado (2006, p. 12) “a função primordial da biblioteca universitária é servir de apoio bibliográfico a professores, estudantes,

pesquisadores e à comunidade em geral, devendo colaborar no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade a qual está ligada”. Para suprir as necessidades de informação dos estudantes do curso de Direito, a biblioteca precisa possuir recursos financeiros que possibilitem a constante atualização de seu acervo bibliográfico a fim de proporcionar informação certa e adequada aos seus usuários. No caso da informação jurídica, essa necessidade é ainda mais acentuada, visto as constantes alterações havidas na legislação brasileira. A autora adverte que “Este é um dos pontos cruciais das bibliotecas universitárias jurídicas, especialmente das ligadas às universidades públicas, pois devido à falta de recursos e a entraves burocrático-institucionais, torna-se muito difícil, formar um acervo realmente atualizado”.

Nesse contexto, para a concretização desse projeto, foi feita uma parceria com o Serviço de Programas de Desenvolvimento Social - SPS, órgão responsável pela seleção socioeconômica do estudante para os Programas de Assistência Estudantil da UnB, em que os alunos de Direito selecionados por esse programa são encaminhados à BMOS para participarem do projeto Bib Inclusão.

Após se cadastrarem na BMOS, os estudantes passam a ter os mesmos privilégios que os servidores do STJ quanto aos serviços de empréstimo e reserva de documentos. Além disso, lhes é facultado o serviço de reprografia de artigos de periódicos sem nenhum custo. O acesso à bibliografia atualizada do curso de Direito, é para o aluno participante do Bib Inclusão de extrema importância, visto proporcionar a ele o acesso à informação jurídica necessária a um bom desempenho no curso e à aquisição

de conhecimento, auxílio na formação profissional, além da obtenção dos livros na BMOS durante as eventuais greves universitárias, igualdade de condições na disputa do mercado de trabalho, dentre outras vantagens.

Numa pesquisa realizada com os estudantes de Direito na Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, foi constatado que, em relação ao acervo, a característica mais assinalada foi a necessidade de se dispor de material extremamente atualizado, mais do que em qualquer outra área do conhecimento, devido a constantes alterações na legislação. (MACHADO 2006, p. 11).

Pensamento comum entre alguns autores diz respeito à necessidade do magistrado estar continuamente estudando visto a diversidade de temas com que se depara durante sua vida profissional.

“E o juiz, de um modo geral, não é um especialista, é um generalista que se vê assoberbado com questões intrincadas de diferentes origens, a exigir conhecimentos cada vez mais profundos a respeito de uma infinidade enorme de assuntos. Ele passa por varas cíveis e criminais, de direito de família e de direito público – e é bom que seja assim, para dispor de uma experiência da totalidade do universo forense, - mas tudo isso exige dele redobrado esforço e cada vez maior conhecimento”.(AGUIAR, 2005, p.8)

Da mesma forma que ocorre com os magistrados, verifica-se que o aspirante a bacharel em Direito também precisa estar consciente da necessidade de se conhecer os diversos ramos que a Ciência do Direito oferece, até mesmo para que possa ele escolher a área em que deseja se especializar.

Mesmo tendo consciência da importância da biblioteca para a vida acadêmica de todo e qualquer estudante e professor, atender a demanda bibliográfica dos alunos e docentes de uma universidade é tarefa das mais

desafiadoras, principalmente no Brasil, onde os recursos financeiros destinados para educação e cultura são insuficientes.

A BCE tem como missão “Atender aos diversos segmentos da Universidade de Brasília em suas necessidades de documentação e informação nas áreas do conhecimento específico de sua atuação, tendo como propósito contribuir para a qualidade da educação, da pesquisa e da extensão”. Seu acervo é composto por cerca de 1 milhão de documentos dentre livros, teses, folhetos, periódicos, dentre outros.

O empréstimo é permitido para alunos, professores e funcionários da UnB, ativos e aposentados, ex-alunos e instituições públicas cadastradas. A BCE permite o livre acesso dos usuários ao acervo.

Abaixo, apresenta-se uma tabela com os dados estatísticos de Desempenho da BCE – UnB referentes ao ano de 2006 a fim de dimensionarmos a quantidade de alunos que freqüentam a BCE e o número de atendimentos prestados ao seu público alvo.

Dados de Desempenho da BCE em 2006

Total Geral

Freqüência de usuários.	566.571
Empréstimo de livros.....	492.951
Inclusão de livros novos ao acervo.....	21.658

No ano de 2006, cerca de 566 mil pessoas freqüentaram a BCE. Aproximadamente, 493 mil empréstimos foram efetuados, o que demonstra a magnitude da função social dessa biblioteca e da riqueza de seu acervo bibliográfico. Nesse mesmo ano, 21.658 livros novos de todas as áreas do conhecimento foram inseridos no acervo e disponibilizados para consulta e empréstimo. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2007b).

5.2. Análise Comparativa Bibliográfica STJ/UnB

Acervo

A BMOS é especializada em Direito e é considerada uma referência dentre as bibliotecas jurídicas do país. Oferece aos seus usuários uma coleção com cerca de 150 mil volumes entre livros, periódicos e materiais especiais.

A BMOS possui dotação orçamentária destinada a atualização e ampliação do acervo bibliográfico, o que permite adquirir por volta de 6 mil volumes jurídicos nacionais e cerca de 350 títulos jurídicos estrangeiros.

Nos últimos quatro anos, a Biblioteca vem buscando adquirir pelo menos um título publicado pelas grandes editoras nacionais, em todo ramo do Direito e obras relevantes de editoras menores, além de monografias. Na tabela abaixo, é possível verificar o aumento da quantidade de obras nacionais e estrangeiras adquiridas no decorrer dos últimos quatro anos. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2007b, p, 2)

Quadro 3- Aquisição de livros nacionais pela BMOS

Ano	Títulos Nacionais	Títulos Estrangeiros	Total de volumes adquiridos
2004	3763	259	4022
2005	5278	455	5733
2006	5792	355	6147
2007 (estimativa)	5000	450	5450

O Superior Tribunal de Justiça para o cumprimento de sua missão – “processar e julgar as matérias de sua competência originária e recursal, assegurando a uniformidade na interpretação das normas infraconstitucionais e oferecendo ao jurisdicionado uma prestação acessível, rápida e efetiva” – vem investindo financeiramente no desenvolvimento da Biblioteca, pois reconhece a relevância do conhecimento jurídico atualizado para fundamentar os votos e relatórios proferidos pelos magistrados durante o julgamento dos processos.

“Assentada a evolução do direito pela jurisprudência, impõe-se reconhecer a necessidade de uma magistratura adequadamente preparada e atualizada, uma vez que, se ninguém se torna sacerdote do Direito sem grandes esforços, também certo é que a magistratura somente se torna útil à sociedade quando seus juízes se tornam dignos da função em que se investiram, pela conduta, pela vocação e pela cultura”. (TEIXEIRA, 2005, p.18)

Para que o STJ pudesse se unir à UnB nessa parceria através do Bib Inclusão, fez-se necessário levantar a bibliografia adotada no Curso de Direito da UnB a fim de se verificar a disponibilidade e atualidade dessas obras nos

acervos da BCE e da BMOS. Essa análise comparativa visa verificar até que ponto o acervo da BMOS poderá ajudar o estudante de baixa renda a ter acesso à informação jurídica atualizada durante sua vida acadêmica.

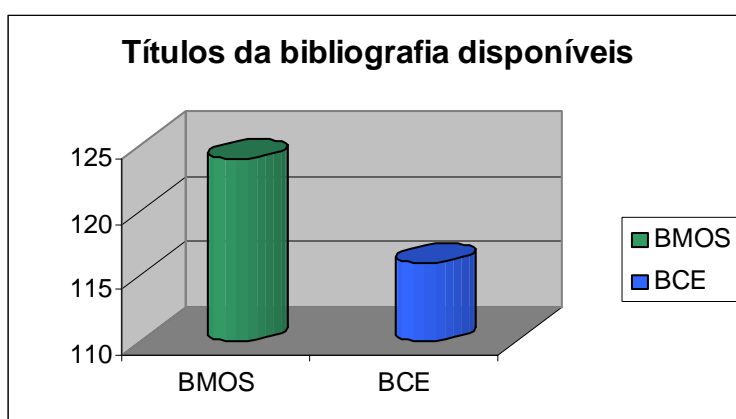
Foram selecionadas 14 bibliografias das disciplinas específicas do currículo do curso de Direito, aleatoriamente escolhidas dentre os dez semestres que compõem o curso. São elas: Teoria Geral do Direito Privado, Introdução à Filosofia Geral e Jurídica, Sociologia Jurídica, Direito das Coisas, Direito das Obrigações, Direito das Sucessões, Direito do Trabalho, Direito dos Contratos, Direito Processual Civil I, Direito Processual II, Direito Tributário, Direito Constitucional II, Direito Comercial III.

A bibliografia sugerida nas disciplinas acima descritas são composta de obras didáticas e básicas. Segundo Fonseca (apud ELEUTÉRIO; PRATI, 2002, p.3) a coleção didática se compõe de obras de livro texto indicadas pelos professores como leitura obrigatória, é informativa e raramente crítica, pouco profunda, mas necessária para transmitir aos alunos os ensinamentos iniciais. Também é desse autor a definição de coleção básica como sendo “obras fundamentais e indispensáveis que constituem o núcleo das áreas de interesse, incluindo os títulos básicos de cada disciplina e linhas de pesquisa oferecidas pela instituição”. A BMOS possui em sua coleção tanto a bibliografia didática para atender aos servidores estudantes do curso de Direito, bem como a bibliografia básica destinada a atender principalmente aos Ministros e aos servidores ligados à atividade fim do STJ, a qual é de uso freqüente e de fundamental importância para o estudo e conhecimento da doutrina pertinente aos processos.

A análise comparativa descreve os dados das obras indicadas nas bibliografias referentes à edição, ano de publicação e número de exemplares disponíveis nos respectivos acervos da BCE e da BMOS. As tabelas encontram-se em anexo.

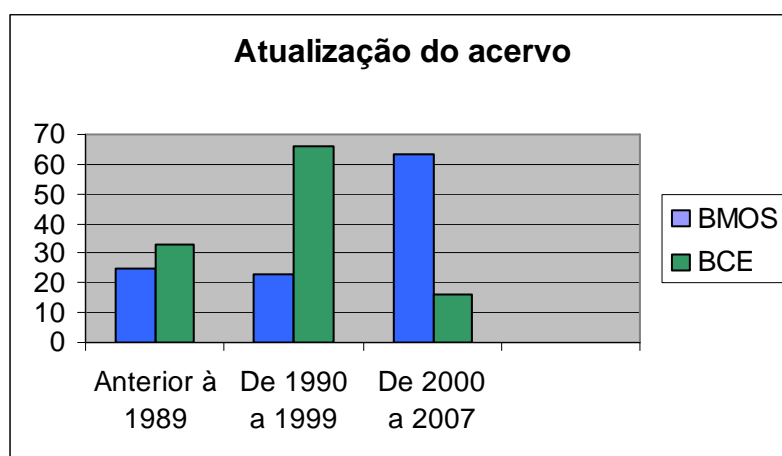
Foram pesquisados na base de dados da BCE e da BMOS 150 títulos dentre aqueles indicados nas bibliografias das 14 disciplinas selecionadas por amostragem para o estudo comparativo dos respectivos acervos. Verifica-se que do total das 139 obras localizadas nos acervos, a BMOS oferece ao estudante da Faculdade de Direito da UnB 124 títulos, enquanto a BCE dispõe de 116. Dentre os títulos analisados, aqueles que a BMOS não possui, foi sugerida a sua aquisição, pois que são obras clássicas, de grande relevância para o estudo da Ciência do Direito e constituem a bibliografia didática necessária também em uma biblioteca jurídica. (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2007a) (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2007a)

Figura 1 - Títulos Disponíveis na BMOS e BCE



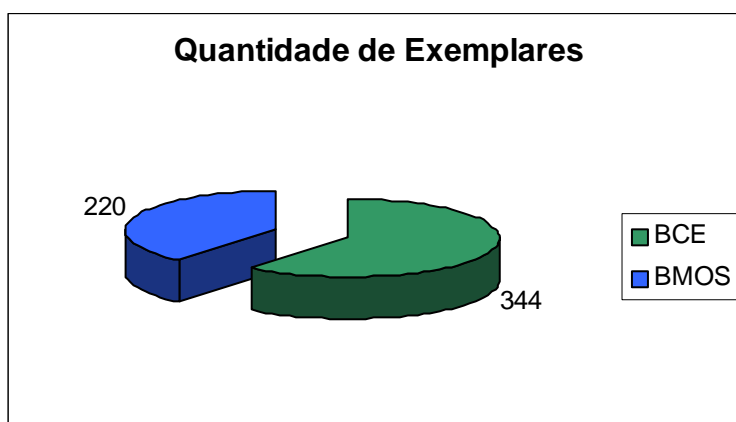
Outro aspecto importante para o estudo da Ciência do Direito diz respeito à atualidade das edições das obras. A figura 2 ilustra que a BMOS possui grande parte dos títulos citados nas bibliografias no período compreendido entre 2000 a 2007, enquanto na BCE possui a maioria dos livros da década de 90.

Figura 2 - Atualização dos acervos da BMOS e BCE



Na figura 3 fez-se um estudo sobre a quantidade de exemplares que estão disponíveis aos estudantes da UnB e percebe-se que a BCE possui 124 exemplares a mais do que a BMOS. Por ser uma biblioteca universitária, compreende-se o motivo pelo qual uma única obra chega a ter 32 exemplares em seu acervo, pois a mesma é indicada em bibliografias de outros cursos da UnB além do curso de Direito, como é o caso do livro *Compêndio Moderno de Filosofia*.

Figura 3 - Número de exemplares da BMOS e BCE



5.2.1 Diagnóstico da rotina de empréstimo da BCE e da BMOS

A BCE possui 478 estudantes de Direito cadastrados dentro de um universo de 903 estudantes matriculados na Faculdade de Direito. Os estudantes podem retirar 10 obras de uma só vez podendo permanecer com os livros pelo prazo de 15 dias. É possível renová-los, se não houver pedido de reserva e em caso de atraso na devolução da obra, o estudante é obrigado a pagar a multa correspondente aos dias em atraso.

A BMOS oferece aos usuários o serviço de empréstimo. Atualmente são 2.305 servidores cadastrados. É possível retirar até 10 livros de uma vez. O prazo do empréstimo é de 15 dias, podendo ser renovado se não houver pedido de reserva. Se houver atraso na devolução da obra, o usuário fica impedido de retirar obras por igual período referente aos dias de atraso. Não há cobrança de multa.

5.3 Acesso à Informação

O conceito de informação deriva do latim *informatione* e significa um processo de comunicação ou algo relacionado com comunicação. Contudo, segundo Barreto (1998, p. 1) as definições que relacionam a informação à produção de conhecimento no indivíduo são as que melhor explicam a natureza do fenômeno, associando-o ao desenvolvimento e à liberdade do indivíduo, de seu grupo de convivência e a da sociedade como um todo. Zorrinho (1995 apud BRAGA 2007, p. 1) afirma que “informação é um processo que visa o conhecimento, ou seja, informação é tudo o que reduz a incerteza”.

Para Davenport e Prusak (1998, p. 3) informação é “uma mensagem, geralmente na forma de um documento ou uma comunicação audível ou visível”. Essa mensagem constituirá uma informação dependendo de como é percebida pelo receptor. Ainda segundo os autores a informação movimenta-se pelas organizações por redes hard e soft, pela internet, via intranet e outros meios de divulgação. Assim, diferentemente do dado, a informação tem significado. Ela não só dá forma ao receptor como possui, ela própria uma forma: está organizada para alguma finalidade. Dados tornam-se informação quando lhes acrescentamos significado.

“A informação é um ato que está presente em qualquer agrupamento humano, desde as épocas mais remotas da nossa história; pois desenvolver mecanismos que registrem e relacionem dados a respeito da natureza, conformando informação e conhecimento, é uma tendência inata de sobrevivência do ser humano. Tomemos, como exemplo, o uso da linguagem tanto oral, gestual como escrita, as pinturas rupestres, as formas mais rudimentares de calcular a quantidade de alimento e animais, tudo isso revela o uso da informação e a auto-evidência de que qualquer sociedade é de informação”. (MNEMOSYNE, 200?)

A Informação assume, hoje em dia, uma importância crescente. Ela tornou-se fundamental para qualquer setor da atividade humana. Caminha-se

para a sociedade do saber onde o valor da informação tende a suplantiar a importância do capital. A informação e o conhecimento são a chave da produtividade e da competitividade (BRAGA, 2007).

São inúmeras as definições sobre informação, mas para a finalidade deste trabalho, iremos adotar aquelas que relacionam a informação à produção de conhecimento no indivíduo como bem define Barreto, (1998, p.1) “A informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive”.

A biblioteca desde os tempos primórdios é a instituição responsável pela organização e preservação da informação produzida pela humanidade, sendo que cada vez mais torna-se necessário assumir uma nova postura diante da sociedade: precisa ampliar seu papel de armazenadora para provedora de acesso à informação. (CARVALHO; KANISKI, 2000). Em atendimento a essa nova diretriz, a BMOS idealizou o projeto Bib Inclusão cujo objetivo é garantir ao estudante de baixa renda o acesso à bibliografia do curso de Direito com vistas a contribuir com suas necessidades de informação durante toda sua vida acadêmica, e dessa forma auxiliar na sua permanência na UnB.

Carvalho e Kaniski (2000) ao discutirem o papel dos provedores (bibliotecas) e dos usuários corroboram a necessidade de se estabelecer novas parcerias e compartilhamento de recursos e afirmam que “as bibliotecas saíram, ou devem sair, da postura de armazenadoras de informações para assumir uma postura centrada no processo de comunicação, o que significa

abandonar a filosofia de posse e investir na filosofia de acesso”. A parceria STJ/UnB nasce com o propósito de otimizar o uso dos recursos informacionais da BMOS, assim como oferecer aos estudantes de baixa renda uma outra opção de acesso a informação além daquela proporcionada pela BCE.

A distribuição ou transferência da informação está condicionada a uma realidade multifacetada e formada por micronúcleos sociais com divergências profundas em países como o Brasil.

“Os habitantes destas comunidades sociais diferenciaram-se segundo suas condições, como grau de instrução, nível de renda, religião, raça, acesso e interpretação dos códigos formais de conduta moral e ética, acesso à informação, confiança no canal de transferência, codificação e decodificação do código lingüístico comum, entre outros”. (BARRETO, 1998, p. 3).

O acesso à informação, nos dias atuais, para os estudantes de ensino superior de baixa renda torna-se uma barreira a ser vencida como um desafio constante durante todo o curso de graduação, contanto apenas com o apoio da biblioteca da universidade. Porém, quando a mesma não pode suprir suas necessidades de informação, aí sim, coloca-se em risco todo um processo de criação do conhecimento.

O conceito de cidadania de dar ao cidadão o direito a ter direitos, (ARENDT apud NALINI, 2003, p. 101) somada aos direitos garantidos pela Constituição Federal deveria ser suficiente para garantir, se não a igualdade, pelo menos a justiça social.

“Formar o cidadão... significa capacitar as pessoas para a tomada de decisões e para a escolha informada acerca de todos os aspectos na vida em sociedade que as afetam, o que exige acesso à informação e ao conhecimento e capacidade de processá-los judiciosamente, sem se deixar levar cegamente pelo poder econômico ou político”. (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2000, p.45).

A educação e a cidadania são alicerces fundamentais para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária. E cabe aos setores públicos ou privados, por meio da gestão de responsabilidade social, apoiar e desenvolver projetos que diminuam as diferenças sociais, melhorem a qualidade de vida das pessoas e que possam resultar em benefícios para o meio ambiente e para o planeta. (Figueiredo, 2005, p. 309).

E como capacitar o cidadão se não for assegurado a ele a educação?

“A educação é o elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. Parte considerável do desnível entre indivíduos, organizações, regiões e países deve-se à desigualdade de oportunidades relativas ao desenvolvimento da capacidade de aprender e concretizar inovações. Por outro lado, educar em uma sociedade da informação significa muito mais que treinar as pessoas para o uso das tecnologias de informação e comunicação: trata-se de investir na criação de competências suficientemente amplas que lhes permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas”. (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2000, p. 38)

A universidade é considerada o lugar por excelência da produção do conhecimento científico. No relatório da OCDE de 1987, foram atribuídas dez funções principais às universidades, dentre as quais destaca-se - Mobilidade social para os filhos das famílias operárias. (NALINI, 2003). Entretanto, passado 20 anos, ainda é pequeno o ingresso de pessoas da classe menos favorecida no ensino superior, e quando isso ocorre, o estudante de baixa renda se depara com vários desafios a vencer, tais como: encontrar recursos e apoio durante sua vida acadêmica para a sua permanência na universidade pública. Assim, para o cumprimento de outra importante função da universidade destacada no relatório acima citado - Educação geral pós-secundária - torna-se imprescindível o acesso à informação para a produção do

conhecimento pelo indivíduo e seu grupo, gerando desenvolvimento para a sociedade.

Na chamada Sociedade de Informação, a gestão adequada das informações possui um efeito multiplicador que constitui a força motora do desenvolvimento político, econômico, social, cultural e tecnológico. Daí inferir-se que na sociedade moderna a informação é de vital importância a todas as atividades. Assim, o desafio da sociedade humana, segundo Cascaes; Nascimento; Carvalho (2007) é criar um processo de gerência do conhecimento que distribua riquezas e evite a estratificação do poder, hoje perigosa e injusta. Segundo Machado (2000, p. 2), nos países periféricos, como o Brasil, “ainda hoje, a conquista da cidadania e o acesso à informação por parte das populações menos privilegiadas, ainda fazem parte de uma árdua luta”. Para a redução das disparidades sócio-econômicas são necessárias diversas ações que visem democratizar a educação, promover a inclusão social e digital, compartilhando as responsabilidades entre os três setores: governo, iniciativa privada e sociedade civil. Ministério da Ciência e Tecnologia (2000, p. 10).

A iniciativa da BMOS com o Projeto Bib Inclusão ainda é tímida tendo em vista o universo de estudantes de baixa renda com dificuldades em obter acesso à informação, tanto em instituições públicas de ensino superior bem como em instituições privadas. Mas é um começo e que, se outros órgãos públicos se dispuserem a adotar projetos semelhantes, os benefícios que serão proporcionados à pessoa e à sociedade serão muito maiores.

6 - CONCLUSÃO

O processo de construção de uma sociedade democrática encontra muitas dificuldades. Verificou-se que a carência de políticas sociais e ações integradas, a lacuna no sistema de ensino, e a dificuldade de acesso à informação e ao conhecimento sistematizado limitam a transformação da realidade social e o efetivo exercício da cidadania.

A inclusão social está atrelada à inclusão no conhecimento. E este, por sua vez, passa por processo ativo, que abrange habilidades como motivação, curiosidade e conectividade. Por outro lado, o excesso de informação e o uso de conhecimentos não-referendados produzem um problema tão grande quanto a falta de informação. Desse modo, a gestão do conhecimento, aliada à responsabilidade social, representa uma grande oportunidade e desafio para os países, organizações e indivíduos.

A implantação de um processo de Gestão do Conhecimento é algo profundamente humano, além de ser fundamental para influenciar o processo produtivo intelectual dos grupos de indivíduos, de modo a propiciar meios adequados ao aprendizado.

A inserção da biblioteca e do bibliotecário na responsabilidade social requer profissionalismo e organização. Ao ordenar e disseminar a informação e os conhecimentos, biblioteca e bibliotecário contribuem decisivamente para um contexto de mudanças sociais.

Por fim, cabe ao poder público expandir sua área de atuação, ao oferecer à sociedade ações e projetos que contribuam para diminuir as

desigualdades sócio-econômicas e culturais, e promover uma transformação ética.

São várias as maneiras como a instituição pode exercer a responsabilidade social. O STJ executa seus projetos sociais alinhados aos objetivos institucionais e à estratégia organizacional, respeitando a cultura organizacional e o cidadão.

O projeto Bib Inclusão implantado este ano na Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, veio contribuir com a permanência dos estudantes de baixa renda da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília. Além disso, O Bib Inclusão ao fornecer o acesso à informação jurídica proporcionou ao aluno a oportunidade de aprimorar o seu desempenho acadêmico e colaborou com o desenvolvimento de sua capacidade intelectual.

Enfim, o projeto poderá servir de modelo para outras bibliotecas especializadas interessadas em implantar a gestão de responsabilidade social, fazendo com que a gestão do conhecimento possa extrapolar o ambiente organizacional e venha contribuir para a mudança da pessoa, e por consequência modificar a sociedade para melhor, tornado-a mais justa, solidária e humana.

7 - REFERÊNCIAS

- AGUIAR JÚNIOR, R. R. de. **A função jurisdicional no mundo contemporâneo e o papel das escolas judiciais**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/6710>> Acesso em: 14 ago. 2007. 15 p.
- ALVES, J. M. A Assistência estudantil no âmbito da política da educação superior pública. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 5, n. 1, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v5n1_Jo.htm> Acesso em: 02 ago. 2007. 13 p.
- AMARAL, S. Serviços bibliotecários e desenvolvimento social. **Ciência da informação**, Brasília, v. 24, n. 2, 1995. Disponível em <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=604&layout=abstract>> Acesso em: 27 ago. 2007. 12p.
- ASSMANN, H. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000.
- BARRETO, I. S.; BEZERRA, A. L. Q.; BARBOSA, M. A. Assistência universitária: compromisso social. **Revista da UFG**, Goiânia, v. 7, n. 2, dez./2005. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/F-assistencia.html>. Acesso em: 14 fev. 2007, 19:00.
- BAUMGARTEN, M. Conhecimento, planificação e sustentabilidade. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 31-41, jul./set. 2002.
- BORGES, J. L. das G.; CARNIELLI, B. L. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. **Cadernos de Pesquisa**. Brasília, DF, v. 35, n. 124, jan/abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n124/a0735124.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2007, 19:16.
- BRAGA, A. **A Gestão da Informação**. Disponível em: <http://www.ppgte.cefetpr.br/semanatecnologia/comunicações/a_gestao_do.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2007, 18:30.
- BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Portaria n. 50, de 3 de maio de 2007. Institui o Projeto BIB inclusão em parceria com a Secretaria de Documentação/Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de

Justiça. **Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça**, Brasília, DF, 4 maio 2007. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9360>>. Acesso em: 4 maio 2007.

CAMPOS, M. L. de A. **As cinco leis da Biblioteconomia e o exercício profissional**. 1992. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitl/mluiza/index.htm>>. Acesso em: 13 out. 2007.

CARDOSO, S. Universidade Pública Democrática. **Folha de São Paulo**, São Paulo, mar. 2004. Caderno de Educação.

CARVALHO, I. C. L. ; KANISKI, A. L. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p.33-39, set./dez. 2000.

CARVALHO, K. Disseminação da Informação e informação de inteligência organizacional. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 1-9, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 24 maio 2002.

CASSIANO, C. Pedagogia da inclusão. **Revista Ensino Superior**, São Paulo, n. 96, set./2006. Disponível em: <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br/textos.asp?codigo=11830>>. Acesso em: 19 fev. 2007, 19:45.

CAZARRÉ, L. Um século de desigualdade. **UnB Revista**, Brasília, DF, ano IV, n. 9, dez. 2003/mar.2004.

CERCHI, A. R. Da gestão da informação à gestão do conhecimento – Uma abordagem para a modernização dos legislativos. **Gestão do conhecimento**. Senatus : cadernos da Secretaria de Informação e Documentação, v. 3, n. 1, p. 15-17, abr. 2004 . Ciclo de Conferências / 2003.

CRAWFORD, R. **Na era do capital humano**: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. São Paulo: Atlas, 1994.

CUNHA, M. B. da; ROBREDO, J. Necessidade de integração das políticas de informação no MERCOSUL. **Ciência da Informação**, Brasília, v.22, n.1, p.7-12, jan./abr.1993.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **O que queremos dizer com conhecimento?** Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial:** como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 237 p.

DIREITO, C. A. M. **A Reforma do Ensino Jurídico.** Brasília, DF, 2007.
Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9137>>. Acesso em: 20 ago. 2007. 18 p.

DUDZIAK, E. A. O bibliotecário como agente de transformação em uma sociedade complexa: integração entre ciência, tecnologia, desenvolvimento e inclusão social. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 88-98, jun. 2007.

ELEUTÉRIO, S. G. G. ; PRATI, S. C. **Diagnóstico da acessibilidade à bibliografia recomendada nos cursos de graduação das áreas de saúde e biológicas na Universidade de São Paulo - Campus de São Paulo.**
Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/127.a.pdf>>
Acesso em: 28 out. 2007. 14 p.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio eletrônico Século XXI.** Versão 2.0 . [S.I.]: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.

FIGUEIREDO, S. P. **Gestão do conhecimento:** estratégias competitivas para a criação e mobilização do conhecimento na empresa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 415 p.

FLEURY, M.T.L.; OLIVEIRA JR.M.M (Org.). **Gestão estratégica do conhecimento:** integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior:** versão final encaminhada à ANDIFES. Recife, abr. 2001.
Disponível em: <
<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/pna.htm>
> Acesso em: 01 ago. 2007. 15 p.

FREIRE, I. M. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago.

2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci1v35n21a07v35n2>>. Acesso em: 14 fev. 2007, 18:40.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A . **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LISBOA, M. B.; SIQUEIRA, R. B. de. Gastos Sociais não beneficiam mais pobres. **UnB Revista**, Brasília, DF, ano IV, n. 9, dez. 2003/mar.2004.

MACHADO, M. T. F. Relacionamento biblioteca/usuário: fator relevante no processo de disseminação da informação jurídica. In: **Proceedings XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, 1., Porto Alegre, 2000. Disponível em: < <http://dici.ibict.br/archive/00000777>> Acesso em: 01 ago. 2007.

MACIERA, S. L. A. **Gestão do conhecimento ao raio do novo milênio**. Disponível em < http://panaquatira.ufma.br/canais/bibliomar/Edicao_atual/entrevista.htm> Acesso em: 10 nov. 2007.

MARTINI, R. Inclusão digital & inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 21-23, out./mar. 2005.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sociedade da informação no Brasil** : livro verde / organizado por Tadao Takahashi. – Brasília: MCT, 2000. 195 p. Disponível em: <http://ftp.mct.gov.br/Temas/Socinfo/Livro_Verde/Default.htm> Acesso em: 05 set. 2007. 231 p.

MNEMOSYNE, T. et al. Globalização e sociedade da informação: perspectivas ético-políticas. In: **Proceedings CIFORM** - Encontro Nacional de Ciência da Informação VI, Salvador - Bahia. Disponível em: < <http://dici.ibict.br/archive/00000490/>> Acesso em: 28 ago. 2007. 11 p.

MORELI, L. **Pesquisa analisa perfil de universitários**. Disponível em: <<http://www.cosmo.com.br/brasilemundo/integra.asp?id=175731>>. Acesso em: 14 fev. 2007, 19:05.

MULHOLLAND, T. Cotas Para Negros: rompendo barreiras. **UnB Revista**, Brasília, DF, ano V, n. 10, set./out./nov. 2004.

NALINI, José Renato. A responsabilidade social do jurista para a concretização da cidadania. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, v. 11, n. 45, p. 92-104, out./dez. 2003.

NOBREGA, C. **A ciência da gestão**. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2004.

NONAKA, I. TAKEUCHI, H. **Criação do conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 13 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

PACHECO, E.; RISTOFF, D. I. **Educação Superior: democratizando o acesso**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004. Disponível em: <<http://www.lppuerj.net/olped/documentos/ppcor/0314.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2007, 19:30.

POCHMANN, M.. Ricos ficam com os dedos e os anéis. **UnB Revista**, Brasília, DF, ano V, n. 10, set./out./nov. 2004.

RABELO, C. **R\$ 13,96 mil para assistência estudantil**. Brasília: UnB Agência, 2006.

REFORMA Universitária com democracia e por soberania: contribuição para o debate da União Nacional de Estudantes/UNE. Disponível em: <<http://www.enf.ufmg.br>>. Acesso em: 12 mar. 2007, 22:30.

REZENDE, Y. Informação para negócios: os novos agentes do conhecimento e a gestão do capital intelectual. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 120- 128, maio/ago. 2002.

SANTIAGO JUNIOR, J. R. S. **Gestão do Conhecimento**: A Chave para o Sucesso Empresarial. São Paulo: Novatec, 2004. 204 p.

SOUSA, L. M. de; SOUSA, S. M. G. Jovens universitários de baixa-renda e a busca pela inclusão social via universidade. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-Rey, v. 1, n. 2, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/Pagina/ppp-lapip/Arquivos/LiviaeSonia.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2007. 13 p.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. [Catálogo da Biblioteca] **Base de dados [da] Rede Virtual de Bibliotecas - RVBI**. Disponível em: <<http://biblioteca.senado.gov.br:8991/F/>> Acesso em: 04 ago. 2007a.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. **Projeto básico para aquisição de obras nacionais.doc**. Brasília: STJ, 2007b. 5 p.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **A Jurisprudência como Fonte do Direito e o Aprimoramento da Magistratura**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/1916>> Acesso em: 08 ago. 2007. 18 p.

TERRA, J. C. C. Os desafios da produtividade: novas habilidades na era da informação e do conhecimento e o papel central da gestão do conhecimento. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 20, pt. 1, p. 145-153, jun. 2005.

UNB divulga concorrência para 2007; medicina lidera. **Uol**, São Paulo, 03 jan. 2007. Disponível em: <http://download.uol.com.br/vestibular/concorrenci/unb_2007.pdf> Acesso em: 30 set. 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. [Catálogo da Biblioteca] **Base de dados [da] BCE**. Disponível em: <<http://www.unb.br/>> Acesso em 04 ago. 2007a.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Biblioteca Central. **Dados de Desempenho da BCE em 2006**. Disponível em: <<http://www.bce.unb.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2007b.

VILELA, E. **A reforma universitária**. Disponível em: <http://www.ufv.br/reformadoc_ru/EvaldoVilela.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2007, 19:12.

Tabela 1 - Teoria Geral do Direito Privado

Disciplina: Teoria Geral do Direito Privado	Edição		Ano de Publicação		Número de Exemplares	
Autor/Título	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Reale, Miguel/ Lições preliminares de direito.	27.ed.	27.ed. 6.tir.	2005	2006	3 ex.	2 ex.
2. Bevilacqua, Clovis/ Teoria geral do direito civil.		2.ed. rev. atual.	1972	1980	4 ex.	1 ex.
3. Lopes, Serpa/ Curso de direito civil - 2 v.		9.ed.rev. atual. 7.ed. rev. atual.	1996	2000	4 ex.	2 ex. do v.1 2 ex. do v.2
4. Pereira, Caio Mário/ Instituições de direito civil - v.1.		22.ed.	1999	2007	1ex.	2 ex.
5. Rao, Vicente/ O direito e a vida dos direitos		6.ed. anot. atual.	1999	2005	3 ex.	1 ex.
6. Espínola, Eduardo/ Sistema do direito civil brasileiro - v.1 e 2.	--		--	1977	--	1 ex.
7. Gomes, Orlando/ Introdução de direito civil		19.rev. atual.	2002	2007	1ex.	2 ex.
8. Monteiro, Washington de Barros. Curso de direito civil - v. 1.		40.e. rev. e atual.	1999	2005	3 ex.	2 ex.
Total					19 ex.	15 ex.

Verifica-se na tabela 1 que dentre os 8 livros citados na bibliografia da disciplina de **Teoria Geral do Direito Privado**, a BMOS possui todos os títulos enquanto a BCE não tem somente 1 título. A BMOS possui todos os títulos em edições mais atualizadas que a BCE. Quanto ao número de exemplares, a BCE possui 4 exemplares a mais que a BMOS.

Tabela 2 - Introdução à Filosofia Geral e Jurídica

Disciplina Introdução à Filosofia Geral e Jurídica	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
Autor/Título	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Armstrong, Karen/ Uma história de Deus.	--	--	--	--	--	--
2. Chauí, Marilena/ Convite à filosofia	13.ed.	13.ed.	2005	2003	2 ex.	1 ex.
3. Crippa, Adolpho/ Introdução à filosofia	--	--	--	--	--	--
4. Crippa, Adolpho/ Problemas filosóficos	--	--	--	--	--	--
5. Cuvillier, Armand/ Pequeno vocabulário da língua filosófica			1961	1961	2 ex.	1 ex.
6. Faguet, Emilio/ Iniciação à filosofia		--	1913	--	2 ex.	--
7. Huisman, Denis; Vergez, Andre/ Compêndio moderno de filosofia	3.ed.	--	1968	--	2 ex. do v.1 32ex. do v.2	--
8. Japiassu, Hilton; Marcondes, Danilo/ Dicionário básico de filosofia	3.ed.	3.ed. ver. Ampl.	1996	2001	3 ex.	1 ex.
9. Lalande, Andre/ Vocabulaire technique et critique de la philosophie		7.ed.	1968	1960	--	1 ex.
10. Poletti, Ronaldo/ Introdução ao Direito	--	3.ed.	1996	--	--	1 ex.
11. Reale, Miguel/ Introdução à filosofia	3.ed.	--	1994	--	--	--
Total de exemplares					43 ex.	5 ex.

Na tabela nº 2, nota-se que dos 11 títulos indicados na bibliografia da disciplina Introdução à Filosofia Geral e Jurídica, tanto a BMOS quanto a BCE não possuem em seu acervo pelo menos 6 obras. Apenas um título a BMOS possui em edição mais atual do que a BCE. A BCE possui 1 livro com a edição mais atual do que a BMOS. Quanto ao número de exemplares, a BCE possui 38 exemplares a mais. Esse número tão elevado se justifica porque a BCE tem em um título de filosofia com 32 exemplares o qual é utilizado em outros cursos da UnB.

Tabela 3 - Sociologia Jurídica

Disciplina: Sociologia Jurídica	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
Autor/Título	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Aguiar, Roberto A. R. de/ A crise da advocacia no Brasil		--	1994	--	6 ex.	--
2. Carbonnier, Jean/ Sociologia jurídica			--	1979	--	1 ex.
3. Diaz, Elias/ Sociologia y filosofia del derecho		3.reimp	1980	1977	3 ex.	1 ex.
4. Ehrlich, Eugen/ Fundamentos da sociologia do direito	2.ed.		1986	1967	4 ex.	2 ex.
5. Faria, José Eduardo C. O./ A sociologia jurídica no Brasil			19??	1991	6 ex.	1 ex.
6. Levy-Bruhl, Henri/ Sociologia do direito		2.ed. 2. tir.	2000	2000	1 ex.	1 ex.
7. Lyra Filho, Roberto/ O que é o direito	17.ed.	17.ed. 6.reimp	1995	2000	7 ex.	2 ex.
8. Rosa, F. A. Miranda/ Sociologia do direito	15.ed.	17.ed.6. rev. atual.	1999	2004	5 ex.	1 ex.
9. Santos, Boaventura de Sousa/ Pela mão de Alice: o social político na pós-modernidade		11.ed.	2003	2006	1 ex.	1 ex.
10. Sousa Júnior, José Geraldo de (org)/ Introdução crítica ao direito - v.1		4.ed.	1993	1994	5 ex.	1 ex.
Total de exemplares					38 ex.	11 ex.

Em análise à Tabela nº 3, nota-se que a BMOS possui 5 obras mais atualizadas do que a BCE, sendo que a BCE possui 3 títulos mais atualizados que a BMOS. Tanto a BMOS quanto a BCE não dispõem de um livro da bibliografia indicada na disciplina **Sociologia Jurídica**. Quanto aos exemplares, a BCE possui 27 exemplares a mais do que a BMOS.

Tabela 4 - Direito das Coisas

Disciplina Direito das Coisas	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
Autor/Título						
1. Azevedo Júnior, José Osório/ Compromisso de compra e venda.	4.ed.	6.ed.	1998	2006	5 ex.	1 ex.
2. Diniz, Maria Helena/ Curso de direito civil brasileiro – v. 4	13.ed.	22.ed.	1997	2007	4 ex.	2 ex.
3. Gomes, Orlando/ Direitos reais.	12.ed.	19.ed.	1997	2007	6 ex.	2 ex.
4. Monteiro, Washington de Barros/ Curso de direito civil - v.3.	34.ed.	38.ed.	1998	2007	7 ex.	2 ex.
5. Pereira, Caio Mário da Silva/ Instituições de direito civil - v. 4.	13.ed.	19.ed.	1999	2006	2 ex.	2 ex.
6. Rodrigues, Sílvio/ Direito civil - v.5.	24.ed.	28.ed.	1997	1998	3 ex.	2 ex.
7. Wald, Arnold/ Direito das coisas.	10.ed.	11.ed.	1995	2002	2 ex.	2 ex.
Total					29 ex.	13 ex.

Observa-se na tabela 4 que a BMOS, mesmo possuindo menos da metade da quantidade de exemplares apresentada pela BCE, possui os exemplares dos 7 livros indicados na bibliografia da disciplina Direito das Coisas com edições mais atualizadas.

Tabela 5 - Direito das Obrigações

Disciplina	Edição		Ano de publicação		Número de exemplares	
Direito das Obrigações						
Autor/Título	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Gomes, Orlando/ Contratos.	18.ed.	25.ed.	1998	2007	5 ex.	2 ex.
2. Gomes, Orlando/ Obrigações.	10.ed.	17.ed.	1995	2007	1 ex.	2. ex.
3. Monteiro, Washington de Barros/ Curso de Direito Civil - v..2	34. ed.	38.ed.	1997	2007	7 ex. do v. 2	2 ex. do v. 2
4. Monteiro, Washington de Barros/ Curso de Direito Civil - v. 3	25. ed.	38.ed.	1993	2007	1 ex. do v. 3	2 ex. do v. 3
5. Wald, Arnold/ Obrigações e contratos.	--	17.ed.	--	2006	--	2 ex.
TOTAL					14 ex.	10 ex.

Na tabela acima, verifica-se que a BMOS além de possuir os 5 livros indicados na bibliografia da disciplina Direito das Obrigações, todos os títulos estão atualizados, enquanto que dos 4 títulos existentes na BCE, todos são desatualizados. Quanto ao número de exemplares, a BCE possui 4 a mais que a BMOS.

Tabela 6 - Direito das Sucessões

Disciplina	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
Direito das Sucessões	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
Autor/Título	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
Gomes, Orlando/ Sucessões.	7.ed.	14.ed.	1997	2007	4 ex.	2 ex.
Pereira, Caio Mário da Silva/ Instituições de Direito Civil - v. 4.	13.ed.	19.ed. rev. atual.	1999	2006	2 ex.	2 ex.
Rodrigues, Silvio/ Direito civil - v. 7.	25.ed.	26.ed.	2002	2006	1 ex.	2 ex.
Monteiro, Washington de Barros/ Curso de Direito Civil - v.6.	32.ed.	35.ed.	1998	2003	7 ex.	2 ex.
Miranda, Francisco Pontes de/ Tratado de direito privado - v. 55.	3.ed.	2.ed.	1983	1968	1 ex.	2 ex.
Maximiliano, Carlos/ Direitos das sucessões.	4.ed.	2.ed.	1958	1942-1943	3 ex.	2 ex. do v.1 2 ex. do v.2 2 ex. do v.3
Oliveira, Ascensão José/ Direito civil: sucessões.	4.ed.	4.ed.	1989	1989	2 ex.	1 ex.
Galvão, Telles Inocêncio/ Direito das sucessões: noções fundamentais.	--	6.ed.	1978	1996	--	1 ex.
Osorio, Morales Juan/Manual de sucesion testada.	--	--	--	--	--	--
Biondei, Biondo/ Sucesion testamentaria y donacion.	--	--	--	--	--	--
TOTAL					20 ex.	18 ex.

Na tabela 6 dentre os 10 livros adotados na bibliografia da disciplina **Direito das Sucessões**, a BMOS possui disponível em seu acervo pelo menos 4 obras, em edições mais atualizadas do que a BCE, enquanto que a BCE oferece 3 títulos mais atualizados que a BMOS. Pelo menos dois livros nenhuma das bibliotecas possui e uma obra tem edição idêntica. Quanto ao número de exemplares, a BCE possui 2 a mais que a BMOS.

Tabela 7 - Direito do Trabalho

Disciplina Direito do Trabalho	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
Autor/ Título	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Russomano, Mozart Victor/ Comentários a Consolidação das Leis do Trabalho – 2 v.	17.ed.	14.ed.	1997	1994	3. ex. do v. 1 3. ex. do v. 2	1. ex. do v. 1 1. ex. do v. 2
2. Magano, Octavio Bueno/ Manual de direito do trabalho – 2 v.	3.ed.	4.ed.	2002	1991-	1 ex. do v.1 1 ex. do v. 2	1 ex. do v.1 1 ex. do v. 2
3. Saad, Eduardo Gabriel/ CLT comentada.	32.ed.	40.ed.	1996	2007	1 ex.	2.ex.
4. Russomano, Mozart Victor/ Curso de direito do trabalho.	6.ed.	7.ed.	1997	1999	4 ex.	1 ex.
5. Sussekind, Arnaldo; Maranhão, Délio/ Instituições de direito do trabalho. – 2 v.	16.ed.	22.ed.	2000	2005	1 ex. do v.1 1. ex. do v.2	1 ex. do v.1 1. ex. do v.2
6. Nascimento, Amauri Mascaro/ Iniciação ao direito do trabalho.	25.ed.	33.ed.	1999	2007	1 ex.	1 ex.
7. Russomano, Mozart Victor/ O empregado e o empregador.	7.ed.	7.ed.	1984	1984	4 ex.	1 ex.
8. Moraes Filho, Evaristo de/ Introdução ao direito do trabalho.	7.ed.	8.ed.	1995	2000	4 ex.	2 ex.
9. Malta, Christovão Piragibe Tostes/ Teoria e prática do direito do trabalho.	9.ed.	9.ed.	1995	1995	5 ex.	1 ex.
Total					29 ex.	14 ex.

Observa-se que dos nove títulos indicados na bibliografia da disciplina de Direito do Trabalho, a BMOS possui 6 títulos com edições mais atuais que a BCE. Há dois títulos que as bibliotecas registram a mesma edição e apenas um livro da BCE tem a edição mais atualizada que a BMOS. Das 9 obras indicadas na bibliografia, a BMOS não possui 2 e a BCE não possui 5 títulos. Quanto ao número de exemplares, a BCE possui mais que o dobro de exemplares do que a BMOS.

Tabela 8 - Direito dos Contratos

Disciplina Direito dos Contratos	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Gomes, Orlando/ Contratos	18.ed.	26.ed.	1998	2007	5 ex.	3 ex.
2. Pereira, Caio Mário da Silva/ Instituições de direito civil - v. 3	10.ed.	26.ed.	1987	2006	6 ex.	2 ex.
4. Rodrigues, Silvio/ Direito civil - v. 3	28.ed.	30.ed.	1998	2001	3 ex.	2 ex.
5. Monteiro, Washington de Barros/ Curso de direito civil - v.3	32.ed.	38.ed.	2003	2001	1 ex.	2 ex.
6. Bessone, Darcy/ Do contrato: teoria geral.	4.ed.	4.ed.	1997	1997	5 ex.	2 ex.
7. Bessone, Darcy/ Da compra e venda e reserva de domínio.	4.ed.	4.ed.	1997	1997	5 ex.	2 ex.
8. Azevedo Júnior, Jose Osório/ Compromisso de compra e venda.	4.ed.	5.ed.	1998	2006	5 ex.	1 ex.
9. Díez-Picazo, Luis/ Fundamentos del derecho civil patrimonial – 2v.	5.ed.	--	1996	--	2 ex. do v. 1 2 ex. do v. 2	--
Total					34 ex.	14 ex.

Verifica-se na tabela 8 que dentre os 9 livros citados na bibliografia da disciplina de **Direito dos Contratos**, a BMOS possui 08 títulos enquanto a BCE possui toda a bibliografia indicada. A BMOS possui 4 títulos em edições mais atualizadas que a BCE, e a BCE possui 2 obras mais atuais do que a BMOS. As demais obras possuem edições idênticas nas duas bibliotecas. Quanto ao número de exemplares, a BCE possui 20 exemplares a mais que a BMOS.

Tabela 9 - Direito Econômico

Disciplina Direito Econômico	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Belanger, Michel/ Institutions économiques internationales.	2.ed.	--	1997	--	1 ex.	--
2. Farjat, Gerard/ Droit économique.	--	--	--	--	--	--
3. Gomes, Orlando; Varela, Antunes/ Direito econômico.	--		--	1977	--	1 ex.
4. Moore Merino, Daniel/ Derecho económico.		--	1962	--	1 ex.	--
5. Patricio, J. Simões/ Introdução ao direito econômico.	--	--	1962	--	--	--
6. Carreau, Dominique; Juillard, Patrick; Flory Thiebaut/ Droit international économique.	4.ed.	--	1998	--	1 ex.	--
7. Fonseca, João Bosco Leopoldino de / Direito econômico.	2.ed.	5.ed.	1997	2004	6 ex.	2 ex.
8. Grau, Eros Roberto/ A ordem na constituição de 1988.	4.ed.	11.ed.	1998	2006	1 ex.	1 ex.
9. Laubadere, Andre de ; Devolve, Pierre/ Direito público econômico.	--		--	1985	--	1ex.
10. Moncada, Luis S. Cabral de/ Direito econômico.	2.ed.	3.ed.	1988	2000	2 ex.	1 ex.
11. Pereira, Afonso Insuela/ O direito econômico na ordem jurídica.	2.ed.		1980	1974	1 ex.	1ex.
Total					13 ex.	7 ex.

Na tabela nº 9, nota-se que a bibliografia da disciplina **Direito Econômico** é composta por 11 livros. Pelo menos 5 deles a BMOS não possui, enquanto a BCE não tem pelo menos 4. Dos 6 títulos que a BMOS possui em seu acervo, 3 pertencem a edições mais atuais do que a BCE. Quanto ao número de exemplares, a BCE possui 6 volumes a mais que a BMOS.

Tabela 10 - Direito Processual Civil 1

Disciplina Direito Processual Civil 1	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Santos, Moacir do Amaral/ Primeiras linhas de direito processual civil - 3v.	20.ed. 20.ed. 18.ed.	25.ed. 23.ed. 21.ed.	1998 1998 1999	2007 2004 2003	7 ex. do v.1 4 ex. do v.2 4 ex. do v.3	2 ex. do v.1 3 ex. do v.2 2ex. do v. 3
2. Barbi, Celso Agrícola/ Comentários ao código de processo civil - v.1.	10.ed.	11.ed.	1998	2002	6 ex. do v.1	2 ex. do v.1
3. Passos, José Joaquim Calmon de/ Comentários ao código de processo civil - v.3	8.ed.	9.ed.	1998	2004	4 ex. do v.3	2 ex. do v.3
4. Theodoro Júnior, Humberto/ Curso de direito processual civil - v.1.	38.ed.	47.ed.	2002	2007	2 ex. do v.1	3 ex. do v.1
5. Moreira, José Carlos Barbosa/ O novo processo civil brasileiro.	19.ed.	25.ed.	1998	2007	5 ex.	3 ex.
6. Aragão, Egas Dirceu Moniz de/ Comentários ao código de processo civil – v.2.	8.ed.	10.ed.	1995	2004	2 ex. do v.2	2 ex. do v.2
7. Santos, Moacir do Amaral/ Comentários ao código de processo civil - v.4.	7.ed.	5.ed.	1994	1989	2 ex. do v.4	1 ex. do v.4
Total					36 ex.	20 ex.

Em análise à tabela nº 10, verifica-se que tanto a BMOS quanto a BCE possuem todos os títulos da bibliografia indicada na disciplina **Direito Processual Civil 1**, sendo que a BMOS possui 6 títulos em edições mais atualizadas do que a BCE. Quanto ao número de exemplares. A BCE possui 16 a mais do que a BMOS.

Tabela 11 - Direito Processual Penal 1

Disciplina Direito Processual Penal 1	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Tourinho Filho, Fernando da Costa/ Processo penal - 4v.	21.ed.	29.ed.	1999	2007	1 ex. do v.1 1 ex. do v.2 2 ex. do v.3 2 ex. do v.4	2 ex. do v.1 2 ex. do v.2 2 ex. do v.3 2 ex. do v.4
2. Marques, José Frederico/ Curso de processo penal - 2v.	--		1954	1954	--	1 ex. do v. 1 1 ex. do v. 2 1. ex do v. 3
3. Noronha, Edgar Magalhães de/ Curso de direito processual penal.	26.ed.	21.ed.	1998	1992	2 ex.	2 ex.
4. Tourinho Filho, Fernando da Costa/ Prática de processo penal.	22.ed.	28.ed.	2001	2007	1 ex.	2.ex.
5. Tornaghi, Hélio Bastos/ Instituições do processo penal - 2v.	2.ed.	2.ed.	1977	1977	4 ex. do v.1 3 ex. do v.2 2 ex. do v.3 3 ex. do v.4	3 ex. do v.1 2 ex. do v.2 2 ex. do v.3 2 ex. do v.4
Total					21 ex.	24 ex.

Na tabela 11, dos 5 títulos indicados na bibliografia da disciplina **Direito Processual Penal 1**, somente 1 a BCE não possui. A BMOS possui todos e em 2 livros, ela possui edições mais atuais do que a BCE, sendo que a BCE possui somente 1 obra mais atualizada do que a BMOS. Quanto ao número de exemplares, a BMOS possui 3 a mais do que a BCE.

Tabela 12 - Direito Tributário

Disciplina Direito Tributário	Edição		Ano de Publicação		Número de exemplares	
Autor/ Título	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Alessi, Renato; Stammati, Gaetano/ Instituzioni di diritto tributario	--		--	1964	--	1 ex.
2. Carvalho, Paulo de Barros/ Curso de direito tributário.		19.ed.	2002	2007	1 ex.	2 ex.
3. Denari, Zelmo/ Curso de direito tributário.	8.ed.	8.ed.	2002	2002	1 ex.	2 ex.
4. Fonrouge, G. M. Giulini/ Conceitos de direito tributário.	--		--	1973	--	1 ex.
5. Martinez, Pedro Soares/ Manual do direito fiscal.	--	--	--	--	--	--
6. Nogueira, Ruy Barbosa/ Curso de direito tributário.	12.ed.	9.ed.	1994	1989	1 ex.	3 ex.
7. Baleeiro, Aliomar/ Direito tributário brasileiro.	10.ed.	11.ed. 16.tir.	1993	2004	1 ex.	6 ex.
8. Cotteret, Jean-Marie; Trotabas, Louis/ Droit fiscal.	8.ed.	--	1997	--	1 ex.	--
9. Fanucchi, Fábio/ Curso de direito tributário brasileiro.		4.ed.	1976	1986	5 ex.	2 ex.
10. Jardim, Eduardo Marcial Ferreira/ Reflexões sobre a arquitetura do direito tributário.	2.ed.	--	1989	--		--
11. Moraes, Bernardo Ribeiro de/ Compêndio de direito tributário. 2 v.	3.ed.	6.ed. rev. Atual. 3.ed. rev. aum. Atual.	1997	2000	4 ex. do v.1	2 ex. do v.1
	5.ed.		1996	1997	3 ex. do v. 2	2 ex. do v.2
12. Oliveira, Fábio Leopoldo de/ Curso expositivo de direito tributário.	--		1976	1991	--	2 ex.
Total					17 ex.	23 ex.

Verifica-se na tabela 12 que dentre os 12 livros citados na bibliografia da disciplina de **Direito Tributário**, a BMOS não possui 2 títulos enquanto a BCE não possui 4 títulos. A BMOS possui 8 títulos com edições mais atualizadas que a BCE, e a BCE possui 3 obras mais atual que a BMOS. Quanto ao número de exemplares, a BMOS possui 6 exemplares a mais que a BCE .

Tabela 13 - Direito Constitucional 2

Disciplina Direito Constitucional 2	Edição		Ano de Publicação		Número de Exemplares	
	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
Azevedo, José Afonso Mendonça de/ Elaborando a constituição nacional.		Ed. Fac-similada	1933	2004	--	1 ex.
Barbalho, João/ Constituição federal brasileira - 2 v.		Ed. Fac-similada	1992	2002	2 ex.	3 ex.
Barcellos, Milton/ Evolução constitucional do Brasil.			1933	1933	--	1 ex.
Barreto, Carlos Xavier Paes/ Constituição do estado novo.			1938	1938	1 ex.	1 ex.
Brasil, J. F. de Assis/ Do governo presidencial na república brasileira.			1896	--	2 ex.	--
Calmon, Pedro/ Curso de direito constitucional brasileiro.			1956	1947	1 ex.	1 ex.
Carneiro, Levi/ Pela nova constituição.			1936	1936	1 ex.	1 ex.
Castro, Araújo/ A constituição de 1937.		Ed. Fac-similada	1938	2003	--	2 ex.
Ceneviva, Walter/ Direito constitucional brasileiro.			1989	1989	--	4 ex.
Correia, Oscar Dias/ A constituição de 1988		2.ed. rev.atual.	1969	2006	1 ex.	1 ex.
Cunha, Fernando Whitaker/ Direito político brasileiro: a estrutura constitucional.			1978	--	--	--
TOTAL					8 ex.	15 ex.

Verificando os dados acima, percebemos que a bibliografia de Direito Constitucional versa por obras em sua primeira edição. Mesmo assim, notamos que a BMOS possui 5 títulos em edições posteriores. Enquanto a BCE não possui 5 das 11 obras indicadas para o curso, a BMOS não possui 2.

Tabela 14 - Direito Comercial 3

Disciplina Direito Comercial 3	Edição		Ano de Publicação		Número de Exemplares	
Autor/Título	BCE	BMOS	BCE	BMOS	BCE	BMOS
1. Pacheco, Silva/ Processo de falência e concordata	13.ed.	13.ed.	2004	2004	1 ex.	2 ex.
2. Lacerda, Sampaio/ Manual de direito falimentar	14.ed.	14.ed.	1999	1999	2 ex.	2 ex.
3. Abrão, Nelson/ Curso de Direito Falimentar	5.ed.	5.ed.	1997	1997	4 ex.	2 ex.
4. Requião, Rubens/ Curso de direito falimentar	17.ed.	17.ed.	1998	1998	1 ex. v.1 1 ex. v.2	4 ex. v.1 2ex. v.2
5. Valverde, Trajano de Miranda/ Comentários à lei de falências – v. 1, v. 2 e v. 3	4.ed.	4.ed.	1999	1999	1 ex. do v.1	2 ex. do v. 1 2 ex. do v. 2 2 ex. do v. 3
6. Fuhrer, Maximilianus/ Roteiro das falências e concordatas	16.ed.	20.ed.	2000	2005	1 ex.	2 ex.
7. Almeida, Amador Paes de/ Curso de falência e concordata	17.ed.	22.ed.	1999	2006	1 ex.	3 ex.
8. Magalhães, Rubens Aguiar de/ Iniciação ao direito falencial	3.ed.	--	--	--	--	--
9. Miranda, Francisco Pontes de/ Tratado de direito privado - v. 28, v. 29 e v. 30	3.ed.		1983	1999	1 ex. do v. 28 1 ex. do v. 29 1 ex. do v. 30	2 ex. do v. 28 2 ex. do v. 29 2 ex. do v. 30
10. Campinho, Amaury/ Manual de falência e concordata	8.ed.	7.ed.	2002	2001	1 ex.	2 ex.
11. Magalhães, H. Hamilton de/ Direito falimentar brasileiro	3.ed.	--	1994	--	5 ex.	--
12. Valle, Christino Almeida do/ Teoria e prática das falências e concordata	2.ed.	--	1988	--	2 ex.	--
Total					23 ex.	31 ex.

Verifica-se na tabela acima que a disciplina Direito Comercial 3 indica em sua bibliografia 12 títulos. A BMOS possui 3 obras com edições mais atuais do que

a BCE; a BCE, por sua vez, possui uma obra mais atualizada do que a BMOS. A BMOS não possui em seu acervo 3 títulos, enquanto que a BCE não possui somente um título. Os demais livros, a BMOS e a BCE possuem edições idênticas. Quanto ao número de exemplares, a BMOS possui 8 exemplares a mais que a BCE.

ANEXO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DO TRIBUNAL

PORTARIA Nº 50, DE 3 DE MAIO DE 2007

**Institui o Projeto BIB Inclusão que
permite acesso do estudante de baixa renda ao
acervo da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição prevista no art. 93, inciso IX, alínea "b" do Regulamento da Secretaria, **RESOLVE:**

Art. 1º Fica instituído, na forma do Anexo, o projeto BIB Inclusão, a ser implementado pela Secretaria de Documentação/Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, em parceria com a Universidade de Brasília.

Art. 2º Incumbe à Secretaria de Documentação promover as ações necessárias à implementação do projeto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no Boletim de Serviço.

MIGUEL AUGUSTO FONECA DE CAMPOS

ANEXO

Art. 1º Os estudantes de baixa renda matriculados no curso de Direito da Universidade de Brasília – UnB, inscritos no Serviço de Programas de Desenvolvimento Social – SPS, poderão participar do projeto Bib Inclusão e deverão apresentar os seguintes documentos para fins de cadastramento:

I – declaração de baixa renda emitida pelo Serviço de Programas de Desenvolvimento Social da UnB;

II – comprovante de matrícula do semestre em curso;

III – comprovante de residência;

IV – 1 foto 3 x 4;

V - carteira de identidade.

Art. 2º O estudante deverá firmar o Termo de Compromisso (conforme modelo anexo) a fim de habilitar-se no serviço de empréstimo da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva.

§ 1º O estudante cadastrado receberá o Cartão do Usuário, pessoal e intransferível, para uso exclusivo no setor de empréstimo.

§ 2º O cadastro no Projeto Bib Inclusão terá validade de seis meses.

§ 3º Para renovar sua participação no Bib Inclusão, o estudante deverá apresentar, semestralmente, os documentos necessários e o histórico escolar.

Art. 3º O estudante poderá retirar até 5 documentos do acervo da Biblioteca, sendo permitida a renovação do empréstimo, caso não haja reserva solicitada por outro usuário.

§ 1º O prazo de empréstimo é de 15 dias para o material bibliográfico e 5 dias para multimeios, compreendidos fitas de VHS, CDs e DVDs;

§ 2º A Biblioteca poderá pedir a devolução imediata de obra emprestada, independente da data estipulada para devolução.

Art. 4º Serão permitidas cópias de até 50 artigos de periódicos do acervo, por semestre, mediante requisição assinada pelo dirigente da Biblioteca.

Art. 5º Os estudantes deverão observar as normas de funcionamento da Biblioteca.

Fonte: Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça, 4 maio 2007.

Art. 6º O estudante ficará impedido de utilizar o serviço de empréstimo durante período correspondente aos dias de atraso na devolução da obra e enquanto houver pendências.

Art. 7º Em caso de extravio ou danos causados em obras bibliográficas ou em multimeios, o estudante fica obrigado a repor novo exemplar no prazo de 30 dias, contados da data de notificação.

§ 1º Na impossibilidade de o estudante repor a mesma obra, outro título será indicado pela Biblioteca;

§ 2º O não cumprimento dessas disposições implicará o desligamento do estudante do projeto Bib Inclusão.

Art. 8º O estudante, por ocasião do trancamento ou conclusão do curso na UnB estará automaticamente desligado do projeto e deverá devolver à Biblioteca todo o material sob sua responsabilidade.

Art. 9º Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão solucionados pela direção da Biblioteca.

TERMO DE COMPROMISSO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Secretaria de Documentação

Biblioteca Ministro Oscar Saraiva

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, _____, estudante do Curso da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, matrícula nº _____, estou ciente que deverei ressarcir os valores de publicações a mim confiadas pela Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, mediante empréstimo, e não devolvidas no prazo de 30 (trinta) dias após ser notificado(a).

Estou ciente de que qualquer obra sob minha responsabilidade deve ser devolvida a qualquer tempo, a critério da Biblioteca. Declaro, ainda, que tenho ciência de que serei responsabilizado pelo uso indevido do cartão do usuário.

Brasília, ____/____/ 200__

Assinatura do Estudante

Fonte: Boletim de Serviço [do] Superior Tribunal de Justiça, 4 maio 2007.